

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 57 - Série VII - N.º 711
13 de Agosto de 1987
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

No próximo «Avante!»

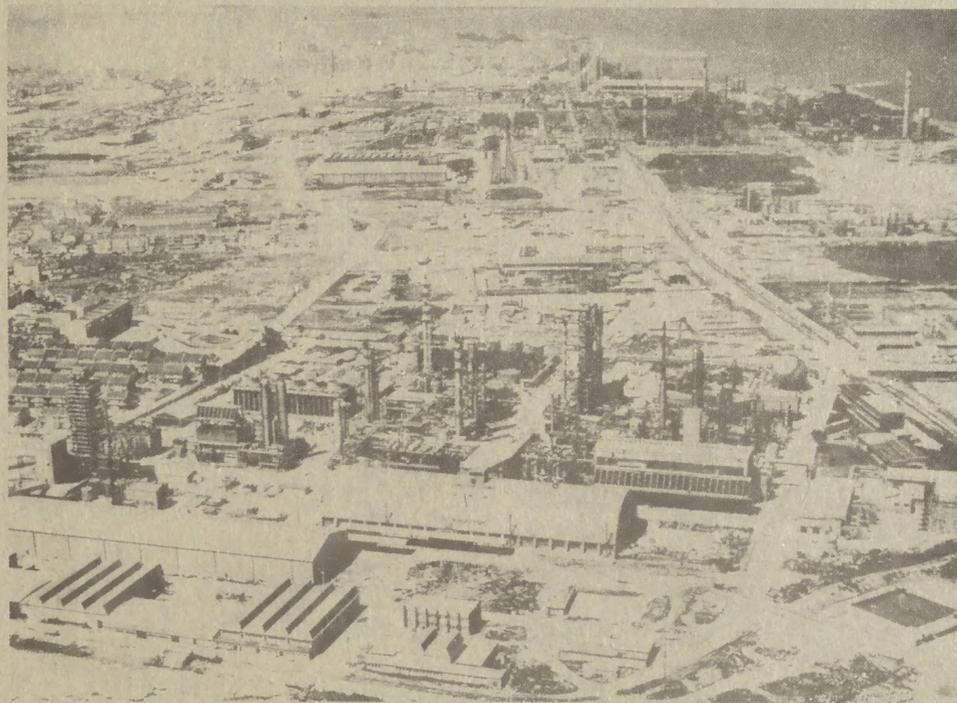
Entrevista com Álvaro Cunhal

- Os resultados eleitorais de 19 de Julho e as consequências para o País
- O debate no Partido
- A política do novo Governo, os seus perigos e a estabilidade
- O regime democrático e a revisão da Constituição
- A política de alianças do PCP e as alterações no quadro partidário
- Perspectivas de luta
- A convocação do XII Congresso do PCP e a sua preparação
- A humanidade e o seu futuro
Capitalismo. Comunismo.



ÁLVARO CUNHAL HOJE NA RTP-2

O secretário-geral do PCP é o convidado do programa «Clube de Imprensa» que irá para o ar hoje, às 22 horas, na RTP-2



Reforçar a unidade a mobilização e a combatividade em defesa da Quimigal

Pág.3/Semana



AGRICULTURA EM PORTUGAL

**O ponto da situação
e as consequências
da adesão à CEE**

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Em Foco

Confiança

Haverá realidades em que se possa confiar para ter confiança no futuro e na mudança?

A nosso ver — há.

A nosso ver, há razões para confiar no Portugal de Abril.

E não se confunda esta afirmação com qualquer expressão de sentimentos, subjectiva afirmação de adesão a um ideário democrático. O Portugal de Abril é, sem dúvida, uma realidade que motiva e determina sentimentos profundos — e bem diversos, aliás — e muitas ideias e concepções —, igualmente diversas. Mas não é uma pura ideia, sentimento ou anseio. É mais do que isso, é uma realidade bem concreta e material, traduzida no que materializa as realidades políticas: um regime político dum país, as suas instituições, a vida do povo que quotidianamente o concretiza.

Mas a realidade material de um regime político, a sua força e legitimidade, a capacidade de sobrevivência que justificam que nele se confie, que nele se deposite confiança, requerem aferições não só subjectivas, mas profundamente objectivas, **relevando da sua adequação às realidades concretas do País e às necessidades concretas do povo.**

Há assim algumas perguntas a formular.

A Reforma Agrária e a existência do sector nacionalizado são parte integrante do Portugal de Abril.

Trata-se porventura de realidades económicas, sociais e políticas que se apresentem como contrárias aos interesses estruturais do País, que tenham surgido contrariando necessidades básicas e processos evolutivos? A sua concretização foi contrária aos interesses do povo, determinou agravamentos das condições de vida, os trabalhadores dos sectores em causa passaram a viver pior, etc?

A resposta é evidente. O estudo sério do estágio de desenvolvimento económico de Portugal, das suas potencialidades e dificuldades, o aprofundamento rigoroso das condições concretas do binómio forças de produção-relações de produção evidenciam que não só a Reforma Agrária e as nacionalizações não foram — e não são — um elemento alheio à realidade económica portuguesa, uma introdução forçada de soluções contra-indicadas, mas, pelo contrário, **são o fruto necessário da própria evolução da economia portuguesa cuja concretização foi tornada possível pelas alterações revolucionárias introduzidas após o 25 de Abril de 1974.**

Por outro lado, é uma evidência que as nacionalizações e a Reforma Agrária determinaram importantíssimos passos no bem-estar não só dos trabalhadores, como também de outras camadas da população.

A partir de 1976 iniciou-se uma crescente ofensiva contra essas conquistas da Revolução, conduzida a partir do próprio poder político. Nem isso contudo levou, ao longo de mais de uma década de luta, à sua destruição, o que evidencia o apoio popular que recebem, decisiva trincheira que tem impedido a concretização dos objectivos da direita.

Assim, a adequação destas componentes determinantes do Portugal de Abril aos interesses essenciais do País, aos interesses da maioria dos trabalhadores e do povo e o activo reconhecimento destas verdades demonstrado pelo apoio popular dado ao longo de duras e crescentes dificuldades, decisivamente contribuem para definir o Portugal de Abril como uma realidade poderosa, necessária, digna de confiança.

Vejamos de outro ângulo. A legislação laboral favorável aos trabalhadores (direito à greve, direitos sindicais, etc.) e os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos são igualmente parte integrante do Portugal de Abril.

São más para os cidadãos? Não correspondem aos seus anseios, ou às efectivas necessidades do País, e do seu desenvolvimento? Surgiram ao arrepio da evolução

histórica do nosso povo, ou, pelo contrário, integram-se harmoniosamente na sua vida, na sua luta, na sua História?

O País desenvolver-se-ia mais e em benefício de todos se os patrões pudessem despedir os trabalhadores como entendessem, pagar-lhes os salários que entendessem, proibi-los de toda e qualquer sindicalização? Ou isso equivaleria à paralisação da capacidade de desenvolvimento, ao afunilar do resultado do trabalho de muitos para proveito de muito poucos?

A cultura, a ciência, o desenvolvimento, beneficiam com polícias, repressão, censura, perseguições — ou são antes beneficiadas pelas liberdades, pelos direitos democráticos dos cidadãos?

Quem em Portugal ousa defender o fim das liberdades, o reforço pidesco das polícias, cacete para os grevistas e salários de miséria?

Note-se que isto é tão verdade que a direita se desfaz em artifícios para disfarçar os seus objectivos. Quando fala de leis laborais, não revela o que pretende: não fala em despedimentos, em desemprego, em salários de miséria — mas sim em «flexibilização», «mobilidade de emprego», etc. Porquê? Há outra explicação além de que é evidente que os seus objectivos reais não têm o apoio popular?

Assim, sendo verdade que o quadro institucional de direitos e liberdades que define o Portugal de Abril se revela adequado aos interesses do povo e do País, do seu trabalho e desenvolvimento justo e equilibrado, e que tais factos são reconhecidos e defendidos pela maioria do povo português, também por isto é correcto definir o Portugal de Abril como uma realidade poderosa, necessária, digna de confiança.

É verdade, outros pontos semelhantes se poderiam acrescentar, (o Poder Local democrático, o movimento operário e popular, etc.), mas, dir-se-á, a verdade é que o Portugal de Abril está enfraquecido. Está enfraquecido pelos sucessivos golpes que lhe têm sido assestados e — o que é mais importante — está enfraquecido porque lhe vai falecendo o apoio popular no plano eleitoral, como demonstraram os resultados de 19 de Julho, quando o eleitorado deu a maioria a um partido da direita responsável por sucessivos golpes neste mesmo Portugal de Abril e que coloca a sua total destruição no centro dos seus projectos.

Será talvez útil recordar que não são apenas a força ou fraqueza circunstancial de uma verdade ou de um valor humano que devem determinar a confiança que eles merecem. A História da Humanidade é uma exaltante sucessão de confiantes e vitoriosas lutas por objectivos que merecem a confiança de quem por eles se bate pela justiça humana de que se revestem, pela sua adequação aos interesses reais dos povos e da Humanidade. No tempo da ditadura fascista, em 1930, 1940, 1960 ou mesmo em Março de 1974, não era reconhecida a liberdade. Imperava a repressão e o terror. Mas havia razões para ter confiança — como se demonstrou em Abril!

Mas o essencial da questão presentemente é outro. Seguramente que os resultados de 19 de Julho colocam — como afirma a Resolução do CC do PCP de 23 de Julho — «sérios perigos para o regime democrático». Mas estes perigos decorrem, antes de mais nada, da maioria absoluta de que o Governo PSD passou a dispor na Assembleia, decorrem, digamos, das **consequências da deslocação eleitoral, mais do que dela própria.**

A questão essencial é esta: **50,22% dos eleitores deram a maioria absoluta ao PSD; mas pode dizer-se que 50,22% dos eleitores votaram contra o Portugal de Abril?!**

A verdade é que ninguém o afirma, **nem mesmo os próprios triunfadores!**

Quando a direita mais descabelada pretende retirar tais conclusões dos resultados das últimas eleições (exactamente essa direita que viu a sua expressão parti-

dária, o CDS, ser completamente cilindrada), tais afirmações contrastam com a prudência, os cuidados, a moderação verbal dos dirigentes PSD.

A direita reconhece que é fundamental não revelar os seus projectos, os seus reais objectivos porque sabe perfeitamente que, para esses, não teria 50,22% de votos!

Sabe a direita — e sabemos nós. Por isso se afirma que (contendo inludíveis significados, evidentes perigos, não podendo de forma alguma serem subestimados) os resultados eleitorais de 19 de Julho **não representam um efectivo apoio a uma política contrária ao Portugal de Abril, não constituem motivo para que se perca a confiança no Portugal de Abril.**

Entretanto, outro factor se apresenta para esta deslocação eleitoral para a direita de uma importante faixa do eleitorado: o facto de, no campo democrático, fruto de divisões e hesitações, não haver uma alternativa credível.

Significará isto, significarão estes resultados que não há razões para confiar nas forças democráticas? Se se reconhece que, no essencial, os portugueses mantêm a sua identificação com o Portugal de Abril, que não só é incorrecto apresentar os resultados de 19 de Julho como uma condenação nas urnas do regime saído do 25 de Abril, como ainda se afirma que eles têm muito de circunstancial e de equívoco fruto de propagandas e ilusões — então como explicar que o eleitorado tenha penalizado as forças políticas que mais se identificam com o Portugal de Abril?

Em 1985 o eleitorado deu uma maioria absoluta — em votos, em percentagem, em lugares no Parlamento — aos partidos democráticos. Também nesse ano houve importantíssimas deslocações eleitorais com o aparecimento do PRD — mas manteve-se o sentido de uma maioria às forças democráticas dominante desde 1974.

Tratava-se, como é evidente, de uma expressão inequívoca, no plano eleitoral, de apoio popular ao Portugal de Abril, uma clara indicação no sentido de que o Poder, o Governo, devia ser posto ao serviço do Portugal de Abril e da sua política.

Que fizeram os partidos democráticos?

Em primeiro lugar, não formaram governo — **conforme podiam.** Dispondo da maioria, embora nenhum deles fosse o partido mais votado, tinham todas as condições para viabilizar um governo mediante acordos que transformassem a maioria numérica numa maioria política.

Não o fizeram.

Em seguida, face ao programa do Governo Cavaco Silva, o PRD viabilizou o Governo PSD. Se o eleitorado que votou PRD quisesse um governo Cavaco seria pouco natural que tivesse votado PRD — mas assim não o entendeu o novo partido.

Depois, o PRD passou meses a, em vez de denunciar e combater a política de Cavaco, inequívoca nos seus objectivos, tecer elogios nas palavras e a hesitar nos actos.

Entretanto, o PS que sofrera estrondosa derrota, debatia-se em graves problemas internos. As viragens verificadas no seu congresso e as modificações na sua direcção pouco reflexo tiveram na sua prática política. Os novos dirigentes socialistas não se afastaram do anticomunismo, dos acordos e das cedências à direita, das cumplicidades com o capital e seus interesses.

Surge a moção de censura, o Governo Cavaco Silva é derrubado — tal como o eleitorado tinha tornado possível — e que sucedeu? Desta feita são o PS e Vítor Constâncio que, apesar de todas as propostas e garantias das outras forças democráticas de apoio à constituição de um governo socialista, hesitam e acabam por inviabilizar uma imediata alternativa democrática.

Isto é: **o eleitorado deu maioria confortável! às**

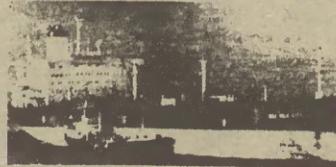
Resumo

5 Quarta-feira

Realiza-se o funeral do jornalista Manuel Beça Múrias. O caixão, coberto com bandeira vermelha, é acompanhado por destacados intelectuais e personalidades democráticas que lançam sobre o féretro cravos vermelhos ■ O general Ramalho Eanes abandona a presidência do Partido Renovador Democrático afirmando que não recebeu do eleitorado apoio suficiente ■ Chevardnadze, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, anuncia em Genebra que está quase elaborado um acordo sobre os missões de médio alcance ■ O presidente da Câmara de Oeiras promete publicamente o realojamento de 170 famílias moradoras no Vale do Jamor. Os moradores, originários de Timor e de outras ex-colónias, residentes há largos anos em barracas, serão realojados no bairro municipal de Laveiras, a construir ■ Guerilheiros tãmes da organização «Tigres de Libertação», começam a depor as armas, entregando-as ao exército indiano que se encontra no Sri Lanka.

6 Quinta-feira

O Irão decide prolongar por mais 24 horas os exercícios militares «Martírio», que decorrem na presen-



Mais «martírio» no Golfo

ça de mais de 15 mil militares norte-americanos integrados na frota de guerra que escolta navios mercantes do Koweit ■ O Governo anuncia a liberalização da importação de automóveis da CEE a partir do início do próximo ano ■ A Caixa Geral de Depósitos anuncia que retomará a cobrança de empréstimos para habitação própria, depois de cinco meses em que tal cobrança esteve suspensa ■ Dois agentes da PSP são alvejados a tiro, de madrugada, na Rua de Santo António à Estrela, em Lisboa, quando se encontravam de patrulha, ficando um deles em estado crítico ■ Os presidentes dos cinco países da América Central iniciam na Guatemala uma cimeira para debater a paz na região ■ O Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal, em colaboração com o CPPC, o MDM e a USL organizam em Lisboa uma jornada assinalando o aniversário do lançamento da bomba de Hiroshima, distribuindo à população um manifesto contra as armas nucleares e a favor da paz.

7 Sexta-feira

Presidentes dos cinco países da América Central, reunidos em cimeira



Acordo histórico

ra na Guatemala chegam a um acordo de cessar-fogo na região, prevenido o acordo uma reunião a breve prazo dos ministros dos Negócios Estrangeiros daqueles países ■ O Presidente da Câmara de Lisboa, Abecasis, anunciou nova data para a inauguração do mercado de Alcântara, desculpando-se do atraso e da oneração das obras com os autores do projecto ■ Terroristas Sikhs assassinam 13 habitantes hindus numa localidade do Estado do Punjab, tendo o exército indiano sido colocado em estado de alerta máximo após o massacre ■ Morre vítima de acidente cardíaco o dirigente fascista libanês Camille Chamoun que contava 87 anos de idade e era ministro das Finanças e chefe da Frente Libanesa que agrupa as principais organizações fascistas do país ■ Violenta explosão seguida de incêndio destrói vários sectores de uma fábrica de Alcântara, em Lisboa.

8 Sábado

Marco Chagas, favorito da Volta a Portugal em Bicicleta, é afastado da competição após análise positiva de doping no seguimento do contra-relatório de Loulé ■ Maldonado Goneha prevê, em entrevista concedida à rádio — Antena Um — que o PS não voltará ao poder, considerando os resultados do seu partido nas últimas eleições como derrota política ■ Regressa a Moçambique o presidente da RPM após visita oficial à União Soviética. O presidente Chissano assinou em Moscovo três protocolos de cooperação com a URSS. No comunicado conjunto anuncia-se que o camarada Gorbatchov aceitou um convite para visitar Moçambique ■ O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, classifica como de inestimável importância o acordo de paz assinado pelos cinco presidentes da América Central.

9 Domingo

O Sindicato Nacional dos Mineiros da África do Sul desencadeia o mais importante movimento grevista da história mineira do país, esperando-se que a greve abranja 200 mil mineiros, paralisando 28 minas de ouro e 18 de carvão ■ A Líbia informa o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Organização de Unidade Africana de uma agressão tchadiana ■ Uma greve geral de protesto contra o assassinio de dois militantes tamil por comandos especiais da polícia paralisa o Leste do Sri Lanka ■ A cidade de Nagasaki ob-

serva um minuto de silêncio assinalando o aniversário da deflagração da segunda bomba atómica, que causou mais de 75 mil mortos identificados ■ «Voz da Resistência Popular Maubere» divulga em Sydney balanço da situação em Timor-Leste, revelando inúmeras atrocidades cometidas pelas tropas indonésias e salientando que continua a resistência à invasão por parte dos guerrilheiros, com o apoio popular.

10 Segunda-feira

A FENPROF alerta em comunicado de imprensa para o facto de o Governo não ter suspenso um despacho da Secretaria de Estado da Administração Escolar, que afasta das escolas cerca de um milhão de crianças deficientes ■ Uma jovem aparentando 16 anos morre em acidente no Metropolitano de Lisboa ■ O Sindicato Nacional dos Mineiros da África do Sul anuncia que a adesão à greve nas minas de carvão e de ouro envolve 340 mil trabalhadores nas 44 das 46 minas existentes ■ Um petroleiro americano choca com uma mina à saída do estreito de Ormuz. Fretado pela Texaco, o petroleiro, seguindo sob bandeira panamiana, sofre estragos consideráveis ■ Cientistas da URSS e dos EUA anunciam acordo sobre realização de experiências médicas e biológicas espaciais conjuntas ■ Helicópteros de guerra de Israel atacam o território do sul do Líbano após uma acção da Resistência Libanesa contra a ocupação da região.

11 Terça-Feira

O Presidente da República recebe delegações dos partidos com representação parlamentar, de acordo com o estabelecido na Constituição, com vista à nomeação do Primeiro-Ministro ■ O MARN-Beiras informa que uma centena de agricultores e produtores de gado decidiram em plenário reclamar a abertura da feira de gado em Arazede (Montemor-o-Velho) ■ Reúnem mais uma vez os pais de 250 crianças de Santa Iria de Azóia, para onde está prometida há 8 anos a construção de uma escola preparatória; as crianças foram colocadas na escola da Apelação/Catujal a 12 quilómetros de Santa Iria ■ O atraso na construção do mercado de Alcântara é da responsabilidade da Câmara Municipal — acusa um arquitecto da equipa de projectistas daquela obra ■ É divulgada uma resolução do Bureau Político do PC Búlgaro considerando urgente promover alterações na superestrutura política do país ■ Rebenta mais um escândalo de espionagem em Itália: os serviços secretos (SISDE) estarão a recolher informações sobre dirigentes políticos a pedido de «particulares» ■ A Grã-Bretanha decide enviar 4 dragaminas para o Golfo, enquanto a França anuncia o envio de 2 navios desse tipo ■ Os jornais anunciam que segunda-feira a URSS e os EUA estabeleceram em Genebra um acordo para a proibição das armas químicas.

forças democráticas para que governassem de acordo com o Portugal de Abril — e elas não o fizeram.

Face a novas eleições, de novo os partidos democráticos surgiram divididos e — o que é mais grave — recusando alguns (PS e PRD) as perspectivas de entendimentos que alterassem as situações anteriores.

Muitos abstiveram-se. Para outros, esta desilusão somou-se à sedução da propaganda da direita.

Mas sucede que se coloca aqui uma questão fundamental: é que é abusivo generalizar aquela prática política a todas as forças democráticas. O PCP apontou sempre a necessidade de entendimento entre as forças democráticas para a constituição de um governo democrático após as eleições de 1985 (como o fizera anteriormente aliás) e disse-o publicamente; o PCP condenou a viabilização do Executivo Cavaco Silva pelo PRD e disse-o publicamente; o PCP discordou dos elogios de forças democráticas às pseudo-eficácias do Governo Cavaco e disse-o publicamente; o PCP discordou da manutenção da política anticomunista e divisionista da nova direcção PS e disse-o publicamente; o PCP defendeu (e tudo fez para os encontrar) todos os entendimentos possíveis, circunstanciais, limitados, sectoriais com as outras forças democráticas; o PCP apoiou a moção de censura e defendeu a imediata constituição de um governo democrático e disse-o publicamente; o PCP deu todas as garantias da sua disposição para viabilização de um governo democrático de base PS, de base PS-PRD ou outro, nem sequer colocando como condição, nas circunstâncias então existentes, a sua participação; o PCP disse e repetiu na sua campanha eleitoral ser necessário e indispensável o entendimento entre os democratas e colocou mesmo tal aspecto no centro da sua campanha ao sublinhar que o voto no PCP era o voto que decidia por ser decisivo para o entendimento das forças democráticas.

Sucede assim que, por erros ou insuficiências que possa haver na acção política da força democrática que é o PCP, de nenhuma forma lhe podem ser assacados erros fulcrais que determinadamente contribuíram para a derrota eleitoral de 19 de Julho. Pelo contrário, o PCP não só os indicou como se bateu coerentemente contra eles, para a sua solução ou ultrapassagem.

Decorridas as eleições, que se passa entre as forças democráticas?

Naturalmente que o PRD acusa os resultados do grave revés que sofreu. O PS parece optar pela única solução que manifestamente o não é: resolver os problemas criados por orientações incorrectas, insistindo nos mesmos erros. Arranjos e dissensões internas dão um panorama de bem pouca tranquilidade.

E quanto ao PCP?

Dissemos há duas semanas que a situação é de serenidade — e acrescentávamos: «Mas tal serenidade não significa, é claro, passividade. Há muita coisa a aprofundar e a estudar. (...) Não é uma exigência nova. Temos o hábito, ancorado na experiência, na organização, no trabalho colectivo, de estudar, aprofundar, ouvir, confrontar opiniões; extrair conclusões, apresentar propostas, discutir-las, aprová-las. E pô-las em prática».

E voltemos então à pergunta inicial: haverá realidades em que se possa confiar para ter confiança no futuro e na mudança?

A nosso ver — há.

Há Portugal de Abril, forte na sua correspondência aos efectivos e profundos interesses do povo e do País, às suas realidades e anseios, forte no apoio popular.

Há o povo, os trabalhadores, a classe operária, a sua imensa vitalidade e capacidade realizadora e de luta.

Nada disto é subjectivo, irracional, pura fé ou obtusa crença. É a pura, complexa, bem concreta realidade.

Além disso, há razões para termos confiança noutra realidade igualmente concreta, rica e bem material: nós próprios. Isto é: o Partido.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa
Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º — 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Semana

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 711

13 de Agosto de 1987

2.º Caderno

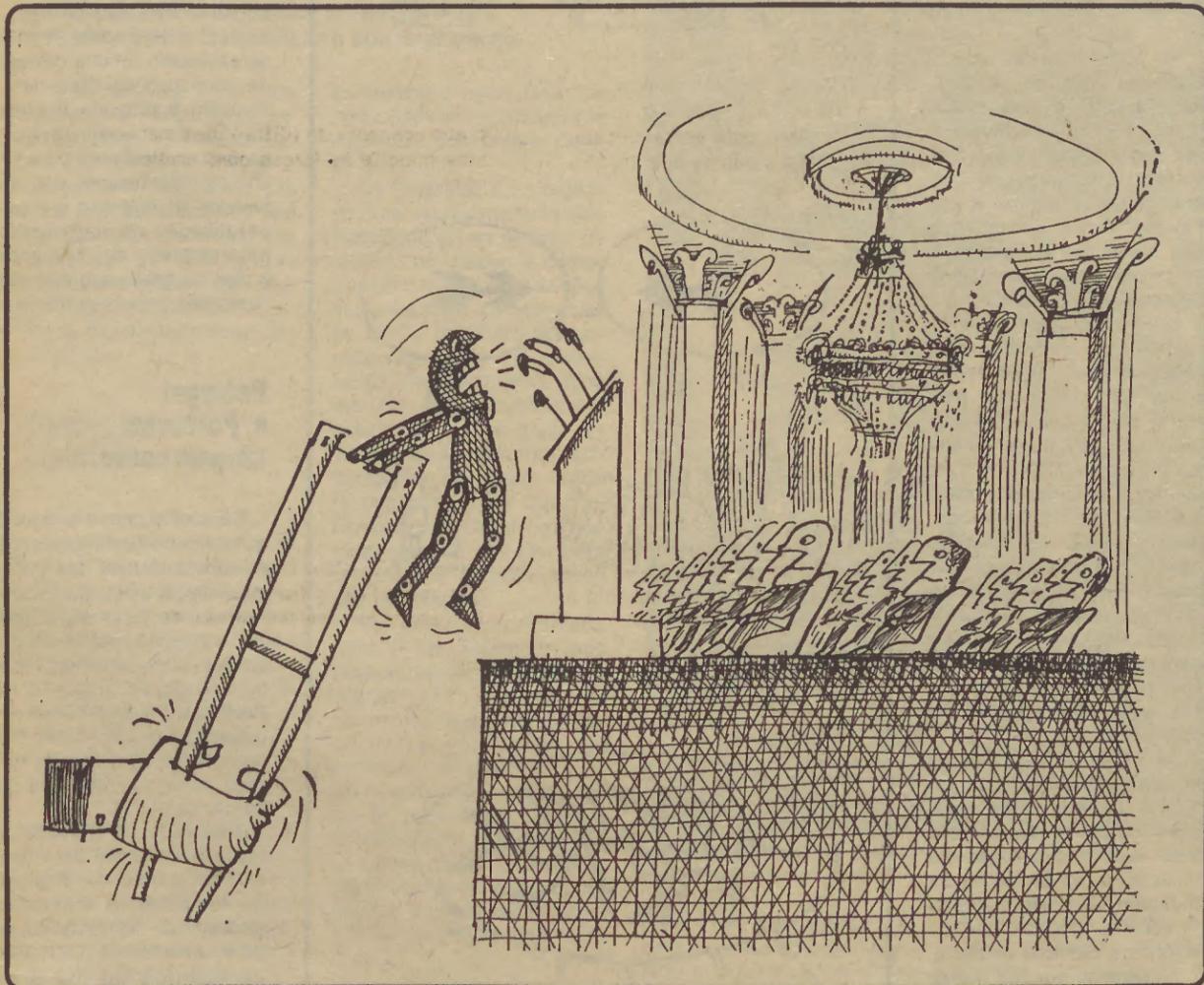
Não pode ser vendido
separadamente

Bem juntinhos

***Patronato, Governo e divisionistas
vão-nos ao bolso!***

Também por isso

A unidade é necessária!



O patronato, impaciente, esfrega as mãos a pensar nas leis laborais e na «concertação» que o Governo de Cavaco e do PSD pretende levar avante nos tempos próximos para intensificar a exploração dos trabalhadores e aumentar os lucros.

A CEE, a modernização, o pragmatismo, a concertação são nomes bonitos para essa coisa tão feia que se chama, queiram ou não, exploração capitalista. Confundir, iludir, enganar são os objectivos últimos desta ofensiva, que é sobretudo ideológica.

Mas outras frentes há, em que os interesses dos trabalhadores são postos directamente em causa e onde a ofensiva dos nomes bonitos é ofuscada por coisas muito feias e mesmo pouco «ceuropeias»: o trabalho precário e a repressão nas empresas, por exemplo, como instrumentos do «come e cala ou vais para a rua».

A melhor arma dos trabalhadores nesta luta por melhores condições de vida no imediato é a unidade. Por isso, não é de admirar que tenha sido sempre intenção do patronato e dos seus governos fomentar o mais possível o divisionismo. E é um nunca mais acabar de entendimentos de bastidores, financiamentos ainda de mais longe, ajudas de tudo o que é sítio. Governos de direita, patronato e divisionistas andam muito bem juntinhos.



Colecção
Paz e Socialismo

**POR UM MUNDO
SEM ARMAS NUCLEARES**

Mikhail
Gorbatchov

Preço 500\$00

edições
Avante!

O PS e a nomenclatura

O PS corre o risco de, rapidamente, ter de nomear uma comissão para estudo e desenvolvimento da nomenclatura partidária, porque a existente já é claramente insuficiente para as necessidades. Veja-se.

Os srs. Sottomayor Cardia e Manuel Alegre eram da **maioria** e saíram dela. Nas cartas que escreveram a propósito, informaram de que as suas discordâncias vinham de há largo tempo, só as tendo contido por via da campanha eleitoral. Conclui-se assim que, durante esse tempo, foram uma **minoría** dentro da **maioria**.

Uma vez afastados da **maioria** não é inteiramente claro se se irão integrar na **minoría**. Dadas as diferenças que contudo os separam daquela, a verificar-se tal integração seguramente podem passar a ser designados como **minoría da minoría**.

Por seu lado, o sr. Jaime Gama — que era destacada figura da **minoría** — estabeleceu uns conchavos com o sr. Vítor Constâncio e passou-se de armas, bagagens e cargos para a **maioria**. Também neste caso são conhecidas (ou, pelo menos, invocadas) diferenças. Não parece pois incorrecto concluir que o sr. Jaime Gama se constituirá em **minoría** dentro da **maioria**.

Na **minoría** que já havia, houve pessoas que não levaram a bem a transferência de **team** do sr. Jaime Gama. Funcionando no quadro da **maioria** como o sr. Jesus Gil y Gil para os «colchoneros», o sr. Vítor Constâncio não teve com a transferência do sr. Gama face à **minoría** as compensatórias contrapartidas de que dispôs o Porto quanto a Paulo Futre.

Aí, outro membro destacado da **minoría**, o sr. Maldonado Gonelha, saiu à liça e partiu algumas peças da baixela.

A posição parece, contudo, ainda minoritária dentro da **minoría**. É certo que outro destacado membro desta, o sr. Almeida Santos, desabafou, quando abandonava a última reunião magna do PS agastado com as demoras provocadas pelos acertos negociais entre os srs. Gama e Constâncio, que «já não tenho idade para aturar garotos». O sr. Almeida Santos parecia pretender assim passar um atestado de menoridade (que não de **minoridade**) à **maioria** e ao sr. Gama em trânsito.

Seja como for, o sr. Maldonado Gonelha corre agora o risco de ser situado numa **minoría da minoría**. Depois de todos estes eventos, verifica-se assim que, nas presentes circunstâncias, uma **minoría da minoría** do PS se passou para a **maioria**, ao mesmo tempo que uma **minoría da maioría** se transferiu para a **minoría**.

A solução mais simples a que se costuma recorrer nestas situações (muito utilizada, por exemplo, nos protocolos) é a introdução de dignificantes e distintivas maiúsculas. O facto de o sr. Gama ser actualmente a minoría da maioría tem de ser objecto de um tratamento clarificante, como aliás situações como o sr. João Soares parecer ser a maioría da minoría. Distinga-se portanto. Passe a haver a minoría e a Minoría, a maioría e a MAIORIA — e fica tudo mais claro.

Por **Minoría** e **MAIORIA** entendam-se as que vêm do anterior, distintiva e ancestralmente assinaladas com maiúscula. De minúscula quedem-se as que se lhe vêm sucedendo.

Assim, o sr. Gama passa a ser **minoría**, embora já não seja **Minoría**. Por outro lado, passa a ser **MAIORIA** sem que seja **maioría**.

O sr. Maldonado Gonelha mantém-se como **Minoría**, mas passa também a ser **minoría**. Ao invés, o sr. João Soares, sendo **Minoría**, é **maioría**. Os srs. Jorge Sampaio e Nuno Brederode Santos são **MAIORIA** e **maioría**.

O srs. Alegre e Cardia já não são **maioría**, não são **maioría**, e, não sendo **Minoría**, são **minoría**. Claríssimo.

No próximo número abordaremos a **hegemonia**.

A unidade é necessária!

Como não há trabalhadores bons e trabalhadores maus, apanham todos pela medida grande. Repare-se, por exemplo, na forma como decorreram as negociações de contratação colectiva do sector da moagem dos distritos do Porto e Aveiro ou dos bancários do Sul e Ilhas, para citar as mais recentes.

Entretanto, outros acordos laborais em negociação demonstram que o reforço da unidade dos trabalhadores continua a ser uma necessidade e uma linha fundamental da acção do movimento sindical unitário. E, como não há trabalhadores bons e trabalhadores maus, os frutos dessa unidade cabem a todos por igual.

Os eleitos nas listas unitárias nas secções sindicais dos **bancários do Sul e Ilhas** denunciaram o «mau acordo salarial» aceite pela direcção do sindicato, afirmando num comunicado recente que o processo negociado «foi uma repetição piorada de processos anteriores, onde foi mais notória a marginalização dos bancários».

Tal é a confiança!...

No próprio dia em que o Conselho Geral do sindicato deveria votar a nova tabela já os ordenados estavam a ser pagos pelos valores previstos na proposta, o que leva aqueles eleitos a comentar: «tal é a confiança dos conselhos de gestão e do governo nesta direcção e no seu Conselho Geral».

O aumento aceite pelos dirigentes do sindicato «**não recupera nem sequer repõe o que tem vindo a ser perdido**», afirmam os eleitos nas listas unitárias, alertando para a necessidade de uma mudança na situação sindical dos bancários do Sul e Ilhas, pois «para além das revisões da tabela e do ACTV, muitas coisas estão em jogo: a segurança social e os postos de trabalho serão das mais importantes» e «**não é com esta direcção que os bancários serão efectivamente defendidos**».

As organizações sindicais ligadas à UGT aceitaram 9,76% de aumentos salariais, inviabilizando um contrato mais favorável aos trabalhadores da **indústria de moagem do Porto e Aveiro** — acusa o Sindicato dos Escritórios e Serviços do Norte.

Lembrando que, de acordo com dados oficiais, a inflação nos últimos 12 meses rondou os 11,5%, o SESN declara que era impossível aceitar «**um acordo que, para além de não repor o poder de compra perdido nos últimos anos, não chegava sequer aos índices de infla-**

ção correspondentes ao período de vigência da tabela».

Ter força até para dialogar

A direcção da **UCAL** assinou na semana passada um protocolo para vigorar até final deste ano e comprometeu-se a rever, a partir de Dezembro, o acordo de empresa. **A proposta dos sindicatos fora apresentada em Junho e a direcção da UCAL recusava-se a nego-**

ciá-la antes do mês de Outubro. Chegou a estar marcada uma greve de 48 horas na empresa, mas a direcção acabou por ceder perante a determinação dos trabalhadores.

Após um moroso processo de negociação, em que os trabalhadores se viram prejudicados pelo divisionismo, foi assinado na sexta-feira o acordo de empresa na **Petroquímica e Gás de Portugal**. «Conseguiu-se melhorar o acordo» — afirmou ao «Avante!» um dirigente da FSTIQFP, comentando o resultado das negociações. Os

aumentos na tabela salarial e a criação de um novo subsídio para a compra de gás dão uma subida de 11,4% nas remunerações.

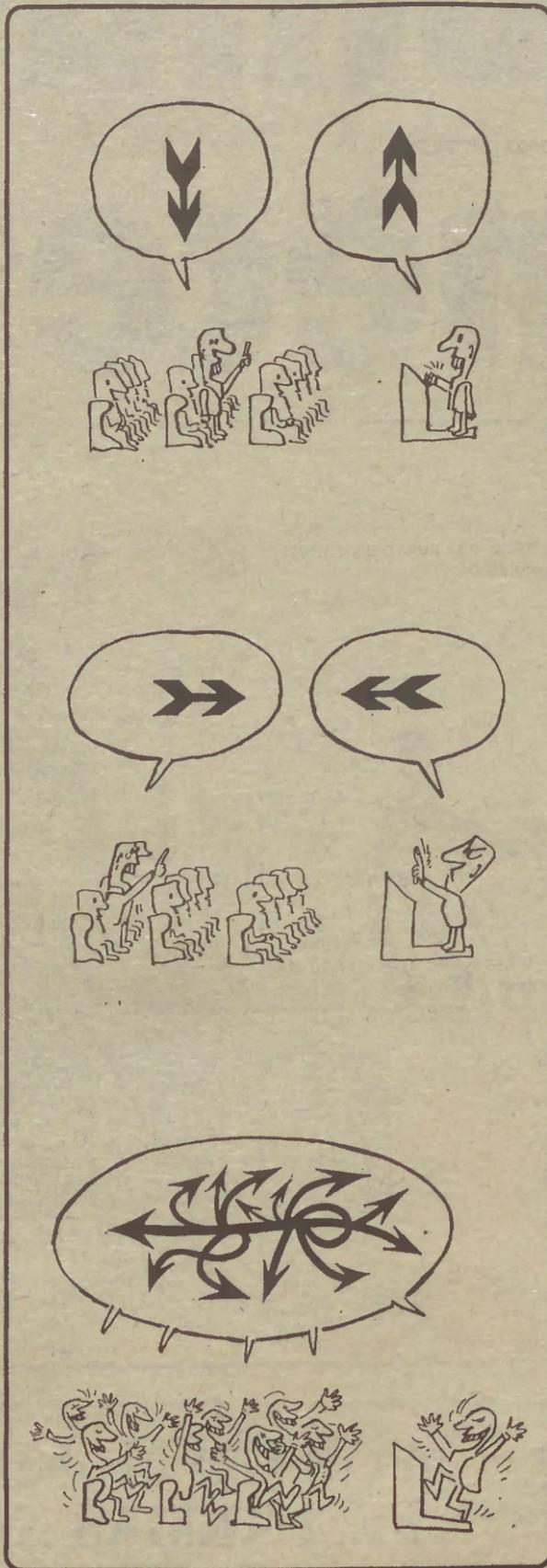
O Ministério do Trabalho ainda não convocou os representantes dos trabalhadores da **Quimigal** para as reuniões de conciliação. Após quase 2 meses de negociação directa, em que, de acordo com a FSTIQFP, o comportamento da entidade patronal foi marcado pela intransigência, o CG assinou um acordo com os representantes dos quadros técnicos e pretende aplicar a todos os trabalhadores o aumento de 9,5 por cento ali previsto. A negociação directa acabou no dia 23 de Julho: «A administração não queria negociar e recorreu à conciliação», esclareceu um porta-voz da Federação em declarações ao «Avante!».

A proposta dos trabalhadores prevê a redução do horário máximo de trabalho de 42 para 40 horas semanais e contempla ainda aspectos como os enquadramentos profissionais e a progressão horizontal nas linhas de carreira profissional (para que a remuneração se faça de acordo com o tempo de serviço e a evolução do trabalhador, independentemente da passagem a outra categoria com funções diferentes). Também é proposta a eliminação das «comparticipações no tabuleiro» para todos os trabalhadores nos refeitórios da empresa e a generalização do pagamento pela empresa dos primeiros 3 dias de baixa, que não são custeados pela Previdência.

Petrogal e Portucel: 18 por cento

De acordo com o protocolo acordado na sexta-feira entre os representantes dos trabalhadores e a administração, realizou-se anteontem (dia 11) a primeira reunião de negociação da revisão global do acordo de empresa na **Portucel**. Os organismos representativos dos 6400 trabalhadores da empresa exigem aumentos salariais de 18 por cento.

Terá início em Setembro o processo negociado para revisão do acordo de empresa na **Portucel**. A federação sindical das indústrias química e farmacêutica (FSTIQFP) apresentou no dia 3 de Agosto a sua proposta, reclamando um aumento de 18 por cento nas tabelas salariais. O Conselho de Gerência da empresa tem 15 dias para apresentar a sua contraproposta, iniciando-se depois as reuniões de negociação.



Trabalhadores

Reforçar a unidade a mobilização e a combatividade em defesa da Quimigal Contra o agravamento da situação dos trabalhadores

Reunião nacional de activistas a 17 de Setembro

O governo e o seu Conselho de Gerência na Quimigal preparam-se para vender três empresas das 33 em que esta empresa pública tem participações e reduzir a participação em quatro — noticiava no passado sábado com algum entusiasmo um semanário da direita. Mais dizia que a Quimigal «está já a vender terrenos e armazéns».

Podem afirmar que isto é apenas reorganização ou reestruturação, mas trata-se efectivamente de do prosseguimento da operação para o desmantelamento de uma empresa pública de grande importância na economia nacional.

Podem dizer que a finalidade é a optimização, rentabilização, podem usar outros chavões mais ou menos bonitos. Mas, como afirmam as ORT's da Quimigal, o que o governo e a sua gerência pretendem é «reduzir actividades produtivas, entregar os sectores mais lucrativos ao capital privado, destruir postos de trabalho, reduzir os direitos dos trabalhadores e intensificar a sua exploração».

Num comunicado de 7 de Agosto, as organizações representativas dos trabalhadores da Quimigal fazem o ponto da situação no que toca aos contactos que têm mantido com o Conselho de Gerência no âmbito das acções em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o desmantelamento da empresa.

Conseguida plataforma mínima

A 15 de Julho as ORT's apresentaram numa reunião com o CG um memorando em que propunham a adopção de um processo de negociação entre os órgãos de gestão e as organizações dos trabalhadores «com vista a encontrarem-se consensos sobre o futuro da empresa e o tipo de reestruturação mais adequado».

Não houve — segundo o comunicado — discordâncias de fundo em relação ao memorando e foi marcada nova reunião para 28 de Julho, com o objectivo de estabelecer um protocolo sobre o processo de negociação.

Entre os dias 15 e 28 houve eleições para a Assembleia da República. O seu resultado foi suficiente para o Conselho de Gerência da Quimigal dar o dito por não dito: «Agora nada há que negociar com os trabalhadores acerca da reestruturação» —

tal passou a ser a tese dos responsáveis, amplamente explanada pelo próprio presidente do CG.

Os sindicatos e as organizações representativas dos trabalhadores, no entanto, insistiram no diálogo e conseguiram vencer as posições cada vez mais intransigentes do CG — informa o comunicado das ORT's. Foi estabelecida uma plataforma mínima (com definição futura das questões sobre as quais devem incidir as próximas conversações) e ficaram desde já marcadas para Outubro, Novembro e Dezembro reuniões mensais dos representantes dos trabalhadores com a gerência.

Foi entretanto marcada para 17 de Setembro uma reunião nacional de activistas das ORT's e dos sindicatos da Quimigal para discutir as linhas por que se vai orientar a actuação dos representantes dos trabalhadores da empresa no tocante à reestruturação. Depois dessa reunião serão efectuados plenários sectoriais nos locais de trabalho para discussão e ratificação das decisões.

É hora de cerrar fileiras

«As ORT's — afirma-se no comunicado — entendem que se mantêm como inteiramente justos os objectivos



Os trabalhadores da Quimigal mantêm-se unidos na luta contra o esquiteamento da empresa, pela defesa dos seus direitos e dos interesses nacionais

pelos quais combatemos: por uma reestruturação que dinamize a Quimigal EP e contra formas de esquiteamento da empresa que mais não visam do que reduzir actividades produtivas, entregar os sectores mais lucrativos ao capital privado, destruir postos de trabalho, reduzir os direitos dos trabalhadores e intensificar a sua exploração».

Chamando a atenção para a necessidade de reforçar a unidade, a mobilização e a combatividade dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e contra o desmantelamento da Quimigal EP, as ORT's afirmam que «continuarão a lutar com firmeza contra soluções impostas e a pugnar pelo diálogo. E não entraremos em qualquer "ne-

gocio" em que a contrapartida seja o agravamento da situação dos trabalhadores.»

As organizações representativas dos trabalhadores da Quimigal consideram que «com a empresa partida aos bocados, com estatutos jurídicos e contratuais diferentes e geridos segundo critérios meramente financistas que não têm em conta os interes-

ses nacionais e a importância do capital humano (a par de um possível agravamento da legislação laboral, nomeadamente quanto à *lay off* e à lei dos despedimentos), estaríamos em muito piores condições de defender os nossos direitos e a segurança do emprego».

«A hora é, pois, de cerrar fileiras» — concluem.

Trabalhadores



Conselho Nacional da FESTRU analisou a situação no sector dos transportes

O Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos analisou numa reunião efectuada na semana passada a situação decorrente das eleições de 19 de Julho e as suas incidências no sector dos transportes.

Aquêle organismo considera que os resultados das eleições abrem caminho «às intenções do patronato de alterar a legislação laboral» e

vieram «criar novas condições que poderão levar à revisão da Constituição em sentido que nada favorecerá os trabalhadores».

Afirmado que há condições para garantir os interesses dos trabalhadores e salvaguardar o regime democrático, o Conselho Nacional da FESTRU decidiu «acompanhar atentamente a situação, designadamente no que respeita ao processo de revi-

são constitucional e à revisão da legislação laboral, da qual se exige discussão pública».

O CN da FESTRU vai ainda «desenvolver todos os esforços no sentido da aplicação das conclusões do V Congresso da CGTP-IN e do III Congresso da FESTRU», referindo concretamente a luta pela redução da idade de reforma, pelo fim das intermitências e pela redução do horário de trabalho no sector.

É bom investir em Portugal salários baixos e bons lucros satisfazem empresas da RFA

Foi divulgado na semana passada um estudo elaborado em 1986 pela Câmara de Comércio Luso-Alemã, no qual a maioria das empresas deste país com actividade em Portugal se manifesta satisfeita com os lucros aqui obtidos.

O estudo refere-se a 95 grandes e médias empresas federal-alemãs instaladas no

nosso país, das quais 61 são unidades produtivas, 20 são firmas comerciais e 14 — de serviços. Os salários baixos e as capacidades dos trabalhadores foram os motivos que, segundo o inquérito, levaram ao estabelecimento daquelas empresas em Portugal.

Noventa por cento das empresas questionadas afirma-

ram que a produtividade é «excelente» ou «satisfatória», enquanto dois terços referiram dificuldades em conseguir pessoal qualificado.

Entre os países da CEE a RFA ocupa o quarto lugar pelo volume de capitais investidos em Portugal, sobretudo no calçado e na confecção.

CGTP-IN solidária com a luta dos mineiros sul-africanos

A CGTP-IN enviou antea-te ao Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) e ao Sindicato dos Mineiros da África do Sul (NUM) um telegrama de apoio e solidariedade por motivo da «grande manifestação de unidade e consciência de classe demonstrada pelos mineiros sul-africanos ao responderem massiva-

mente ao apelo de greve geral».

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses manifesta na mensagem o seu «apoio à justa luta dos trabalhadores e do povo sul-africanos contra o hediondo regime do apartheid e dos seus agentes internos e externos», pela «conquista de melhores condições de vida» e pelo «reconhecimento dos

seus direitos sindicais e democráticos».

As práticas repressivas do regime racista — lembra a CGTP — «não têm impedido o aumento da luta das forças democráticas e nacionalistas».

A greve, iniciada na noite de domingo e convocada pelo NUM por período indeterminado é reconhecida como a maior paralisação de sempre na África do Sul.

Sindicato alerta professores: há erros nas colocações

O Sindicato dos Professores da Região Centro alertou os professores do ensino primário para a necessidade de examinarem atentamente as listas de colocação de docentes profissionalizados não efectivos, já publicadas no «Diário da República» e que contêm vários erros.

O sindicato detectou casos em que professores não foram colocados no escalão definido pelo seu tempo de serviço e outros em que houve erros nos verbetes de concurso, «nomeadamente em relação aos códigos das escolas» a que concorreram. Por outro lado, os verbetes estão a chegar com atraso às escolas e delegações escolares, o que pode comprometer a segunda fase do concurso e os prazos para reclamações.

A política de ambiente e o mundo do trabalho

Seminário da CGTP-IN em Outubro

A CGTP-IN anunciou que pretende realizar a 2 e 3 de Outubro uma iniciativa integrada no Ano Europeu do

Ambiente onde serão analisadas principalmente as relações entre a política de ambiente e o mundo do tra-

balho e na qual participarão «um vasto leque de personalidades ligadas à investigação científica desta temática».

Privatização iminente no Centro Leonardo Coimbra alerta o Sindicato da Função Pública do Norte

Estará iminente a passagem para uma instituição do sector privado do Centro de Educação Especial Leonardo Coimbra — alerta o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, afirmando que o Centro Regional de Segurança Social do Porto está em vias de assinar um acordo nesse

sentido. A privatização, de acordo com o sindicato, prejudicará os trabalhadores ali colocados, que terão pela frente a transferência compulsiva para outras instituições públicas ou a permanência no seu local de trabalho sem que hajam quaisquer tentativas para manter o vínculo à

função pública, pelo menos a médio prazo.

Os pais das crianças terão de começar a pagar uma comparticipação. O sindicato prevê, além disso, «a degradação dos serviços prestados ao nível da alimentação e do acompanhamento pedagógico».

Férias desportivas na barragem do Maranhão inscrições encerram amanhã



Encerram amanhã as inscrições para as férias desportivas na barragem do Maranhão, organizadas pela União dos Sindicatos de Évora, com o apoio do MEC/SEJ, da Câmara Municipal de Aviz, da Campiférias e da Cooperativa 1.º de Maio.

Entre 17 e 31 de Agosto jovens dos 14 aos 25 anos terão ali actividades de iniciação à canoagem e à prancha à vela.

As inscrições podem ser feitas na sede da União ou nas delegações sindicais e nas câmaras municipais de Arraiolos, Aviz e Mora.

PCP

Açores

As eleições e a Região

«A DORAA do PCP constata que as tendências de voto verificadas na Região Autónoma dos Açores são semelhantes às verificadas em todos os círculos eleitorais do País» — afirma um documento aprovado na reunião da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores, realizada no seguimento do plenário do Comité Central, em Angra do Heroísmo. Depois de chamar a atenção para as principais conclusões da reunião do CC, a DORAA analisa os resultados eleitorais nos Açores e a situação regional após as eleições de 19 de Julho.

Acusando o PSD dos Açores de insultar os eleitores açorianos pela «forma insuficiente e em certos casos nula» como vários dos mais importantes órgãos de comunicação social, onde o PSD/A tem grande influência, trataram as campanhas eleitorais desenvolvidas na região — nomeadamente fazendo tudo para que os problemas regionais fossem retirados da discussão e do debate públicos — a DORAA do PCP afirma que o PSD/A pretendeu assim «potenciar ao máximo a tendência nacional de crescimento do PSD».

«Foi assim transferida para a região», diz o documento, «à margem dos interesses, dos problemas próprios e das situações particulares, a tendência nacional de crescimento acentuado do PSD/Cavaco Silva, da não recuperação do eleitorado do PS, da descida sensível da CDU, de descida drástica do PRD e do CDS».

Abstenção mais sensível

O documento debruça-se seguidamente sobre o fenómeno abstencionista, nos Açores sempre muito mais sensível e «crescendo agora com grande impetuosidade»:

«Analisando embora ainda em termos gerais, os resultados eleitorais nos Açores, a DORAA conclui que a abstenção afectou fortemente os partidos da oposição, correspondendo a uma tendência crescente de afirmação da descrença e de imobilismo político que urge anular, uma vez que facilita o domínio político exercido pela direita, facto este que é claramente demonstrado pelos resultados eleitorais.

«No caso concreto da CDU a DORAA do PCP constata ter havido uma parcela impor-

tante do seu eleitorado que se absteve de votar o que exige o desenvolvimento de grandes esforços no sentido de esclarecer o significado e a importância política de cada um dos votos democráticos, e de cada um dos votos na CDU, força que desenvolve de forma permanente, consequente e firme esforços no sentido de contribuir para modificações positivas na vida política regional.»

O documento considera ainda «que para além da tendência de abstenção no sector democrático se continua a verificar um vasto campo de abstencionismo da parte de cidadãos descontentes e que ainda não transformaram o seu voto em força política objectiva e actuante. Mais do que nunca torna-se necessário transformar no futuro o descontentamento em força política».

«A DORAA constata igualmente terem os resultados demonstrado a natureza profundamente errada da política eleitoral do PS, que privilegiou o ataque e esforço de captação de votos em outras áreas democráticas, em detrimento do esforço de captação de votos de descontentes e dos iludidos que votam, contra os seus interesses, no PSD/A.

«Como consequência de tal política o PS desceu nos Açores mais de mil votos, e ficou a mais de 11 000 votos do 2.º deputado, teve o seu pior resultado de sempre e contribuiu favorecendo a direita, para a descida de forças democráticas, nomeadamente a CDU, uma vez que propagandou de forma obsessiva à absurda teoria de que o voto na CDU não teria valor político.»

Artificial pretensão

Continuando a abordagem das atitudes dos outros partidos, o documento adianta:

«A artificial pretensão do PS de ser o exclusivo porta-voz das forças democráticas da oposição ao PSD/Mota Amaral não colheu, assim, como prevíamos, quaisquer frutos políticos, até paa o próprio Partido Socialista isoladamente considerado. A DORAA, analisando o desenvolvimento da campanha eleitoral da CDU, regista a forma intensa, aberta e activa como ela decorreu e como ela foi aceite, que reforça a conclusão de que os resultados não foram definidos em função da situação regional mas sim em função de uma determinante nacional que germinou e se desenvolveu na exacta medida em que algumas forças democráticas recusaram sistematicamente a única possibilidade de se construir uma alternativa através da convergência das principais forças democráticas. A DORAA saudou todos os militantes e activistas que de St.ª Maria ao Corvo transformaram a campanha da CDU numa magnífica prova de capacidade de realização, de empenhamento e de esforço voluntário e dedicado.

«A DORAA analisando a forma como se desenvolveram as campanhas e actividades dos outros partidos não pode deixar de sublinhar e denunciar a manipulação realizada pelo PSD/A, montando um complexo sistema, partidariamente controlado, no sentido de transportar cidadãos e influenciar o respectivo voto. Tal sistema controlado por presidentes de câmara do PSD e executado por presidentes de junta do PSD foi montado com objectivo de manipular o sentido de voto e a decisão de votar de muitos cidadãos. O papel manipulador de responsáveis da segurança social e do equipamento social foi particularmente notório.

«Este sistema manipulador complementou toda uma série de abusos realizados pelo PSD/A que usou variados meios governamentais para influenciar o sentido de voto. Tais atitudes introduziram factores graves de distorção anti-democrática dos resultados, distorção essa que terá que ser anulada no futuro, sob pena das eleições se virem a transformar numa farsa inaceitável.»

Aprofundar a actividade

Finalmente, considerando os resultados das eleições no País como globalmente des-

favoráveis para os interesses da Região Autónoma — resultando tal realidade do facto de, agora, Cavaco Silva dispor da maioria absoluta —, a DORAA, alertando para a «possibilidade séria e grave de interesses fundamentais da economia regional, como a produção de leite e lacticínios e da pesca virem a ser profundamente afectados». E sublinha:

«A DORAA do PCP entende que, agora mais do que nunca, se torna necessário defender a Autonomia como um projecto nacional, vivo e próprio do Portugal de Abril, projecto esse incompatível com as perversões separatistas frequentemente realizadas pelo grupo dominante no PSD/A e incompatível com as práticas centralistas do Governo da República do PSD.

«A DORAA do PCP entende que os resultados eleitorais obtidos em 19 de Julho não reflectem, nem o reforço da actividade democrática que se verificou na Região no último ano, nem o crescente descontentamento que se nota e manifesta dia a dia. A DORAA analisando a situação regional actual constata ser necessário e urgente, manter e aprofundar a actividade democrática a todos os níveis.

«Pela parte que toca ao PCP a DORAA tomou diversas medidas quer no sentido de reforçar a actividade do partido, quer no sentido de alargar e captar novos apoios para a Coligação Democrática Unitária, quer ainda, no sentido de contribuir para a dinamização geral da actividade democrática.

«A DORAA apontou como necessária a manutenção de uma actividade intensa, coerente e dedicada da Representação Parlamentar do PCP na Assembleia Regional, trabalho esse que já se afirmou em toda a Região como imprescindível para a defesa dos justos interesses da população.

«A DORAA decidiu convocar a 3.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP que se realizará em data a decidir, nos dois primeiros meses de 1988. Tal Assembleia destina-se a aprofundar a análise do PCP sobre a realidade regional à luz das novas condições criadas pelos resultados eleitorais e destina-se também a mobilizar e empenhar no mais alto grau possível os militantes e simpatizantes do PCP na actividade política democrática.»

Camarada Falecido

José Manuel dos Santos Vidas

Faleceu no passado dia 2 do corrente o camarada José Manuel dos Santos Vidas, de 56 anos de idade. O camarada, que se encontrava doen-

te há cerca de dois anos, era militante da organização da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa. Aos seus familiares e amigos, o «Avante!» manifesta o seu pesar.

Poder Local

Loures

Resolver problemas e servir o povo

Recuperação de zona clandestina

O Departamento de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Loures, concluiu um estudo sobre o plano de ordenamento e recuperação da zona clandestina de Estacal Novo, na freguesia de Santa Iria da Azoia, e vai enviá-lo à reunião de Câmara para ser aprovado.

O plano agora apresentado surge no âmbito das alterações propostas pelos serviços a um plano de recuperação anterior já ultrapassado.

A proposta agora apresentada engloba não apenas a urbanização de Estacal Novo, mas também a salvaguarda dos terrenos ainda disponíveis. Este plano integra-se na preocupação do Município de Loures de criação de condições e melhoria da qualidade de vida dos habitantes do concelho.

Crianças vão à praia

A CM de Loures está a promover, desde o dia 20 de Julho e até 28 de Agosto, idas à praia das crianças dos bairros degradados e sociais do concelho e filhos dos trabalhadores da autarquia, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Esta iniciativa, que a Câmara organiza anualmente, tem, no entanto este ano, aspectos diferentes que visam proporcionar às crianças um tempo de praia, um período de actividades lúdicas e recreativas e um contacto directo com a natureza.

Assim, as 800 crianças participantes, divididas em grupos, passam cinco manhãs e duas tardes na praia. As restantes tardes ocupam-nas com actividades em *ateliers* de modelagem, pintura e trabalhos manuais e em zonas verdes (Parque Municipal de Cabeço de Montachique, Parque do Alvíto e Parque de Santo António da Costa da Caparica) onde desenvolvem actividades desportivas e de recreio.

Comprar casa

A Comissão de Moradores do Bairro da Petrogal, na Bobadela, manifestou junto da Câmara de Loures o sentimento dos moradores deste bairro, que pretendem adquirir as casas em que residem, e que actualmente ocupam em regime de aluguer à citada empresa.

A Comissão de Moradores contactou já neste sentido a administração da Petrogal, a qual admitiu a hipótese de venda das habitações, colocando como condição única que a Câmara Municipal de Loures assumia a responsabilidade pela conservação das ruas do bairro.

O desejo agora manifestado pelos moradores deste bairro, surge da situação de insegurança que representa o regime de ocupação das habitações imposto pela Petrogal. Com efeito, apenas são considerados inquilinos deste bairro, com direito à habitação, aqueles que mantiverem laços de tipo laboral com a empresa. Se aí deixarem de trabalhar, é-lhes retirado o direito à habitação, facto que se repete relativamente aos filhos dos trabalhadores que contraem matrimónio, e que são, por essa razão, impedidos de permanecerem em casa dos pais.

Os moradores do bairro da Petrogal pretendem que lhes seja aplicada a Lei 32/82, que se refere à venda de habitações da Segurança Social. Neste momento, a Câmara Municipal de Loures procede à recolha de elementos que possibilitem uma análise profunda desta questão, nomeadamente no que diz respeito à aplicabilidade da Lei 32/82 aos moradores deste bairro.

Plenário de militantes dos Bancários e Seguros de Lisboa

No seguimento de dois plenários já realizados e que contaram com a presença de cerca de 200 camaradas, vai hoje ter lugar mais um plenário de militantes dos Bancários e Seguros de Lisboa. O plenário está marcado para as 17.30, no Centro de Trabalho Vitória e continuará a discussão da situação política decorrente das eleições de 19 de Julho e das linhas de acção do partido na presente situação. Participará no debate o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

A CRISE ECONÓMICA E SOCIAL NO MUNDO

AS SUAS REPERCUSSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS, AS SUAS PERSPECTIVAS SOMBRIAS E AS NECESSIDADES DE LUTAR SE QUEREMOS SOBREVIVER

PROBLEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

edições **Avante!**

Fidel Castro



Internacional

RPD da Coreia avança novas propostas e reduz os seus efectivos militares

• Intensificam-se as acções de massas na Coreia do Sul

O Comando supremo do Exército Popular da Coreia deu ordem de desmobilizar 100 000. Uma medida muito concreta que se insere na posição de princípio da República Popular Democrática da Coreia, de que «o equilíbrio militar deve ser mantido através da sua redução e não do seu aumento e que o estado de tensão militar só poderá ser desanuviado quando se realizar o desarmamento total».

Esta medida está ligada às propostas avançadas pela RPD da Coreia, dia 23 de Julho de 1987, e surgem como um gesto de boa vontade, para abrir caminho à prevenção de uma guerra na península coreana.

Na Declaração de dia 23 último, propõe-se:

- Redução equilibrada dos armamentos a Norte e a Sul. De acordo com este princípio, «o Norte e o Sul da Coreia devem diminuir os armamentos, entre 1987 e 1991, em três etapas, e a partir de 1992, manter de ambos os lados menos de 100 000 efectivos militares». Os Estados Unidos deverão fazer a sua retirada militar etapa por etapa, até à retirada de todas as suas forças militares, incluindo as armas nucleares e a abolição das bases militares.
- Quando das reduções

das forças armadas, o controlo caberia a uma comissão de controlo de Países Neutrais. Visa-se simultaneamente transformar a zona desmilitarizada da demarcação militar numa zona pacífica e estacionar aí as tropas de supervisão dos países neutrais.

- Convocação para Março de 1988, em Genebra, de negociações do Desarmamento entre o Norte e o Sul da Coreia e os Estados Unidos da América com a participação, como observadores, dos países neutrais da Comissão de Controlo, tais como a Polónia, Checoslováquia, Suíça, Suécia.

Trabalhadores sul-coreanos em luta

Na linha de desenvolvimento do grande — e heterogéneo — movimento popular que na Coreia do Sul levou ao anúncio das reformas democráticas de 29 de Junho, crescem as acções e exigências dos trabalhadores sul-coreanos. Acções que já antes do 29 de Junho vinham a ganhar particular relevo.

Agora, trata-se uma vez mais de exigir liberdade — liberdade sindical —, e simultaneamente a melhoria das condições de vida e trabalho («milagres» económicos como o sul-coreano alimentam-se de uma super-exploração dos trabalhadores).

No passado fim-de-semana, os mineiros e os trabalhadores dos transportes juntaram-se ao movimento grevista desencadeado nas indústrias pesadas e ligeiras. Greve também nos estaleiros navais e na empresa automóvel de Inchon, da mesma companhia

que os estaleiros — Daewoo — o segundo construtor sul-coreano de navios e automóveis. Um conjunto de greves que se vem somar ao caudal desenvolvido desde o 29 de Junho — 226.

A polícia tem reprimido brutalmente as lutas dos trabalhadores, pesem embora todas as promessas de reformas democráticas. Cerca de 20 operários ficaram feridos quando a polícia carregou nos estaleiros de Daewoo. Sábado passado a polícia voltou a utilizar gás lacrimogéneo sobre os 600 mil mineiros em greve que bloquearam uma via férrea no Sul do país.

É neste quadro de lutas laborais e pela democracia, a Sul, e de empenhado esforço por parte de países como a União Soviética e a Mongólia, para lançar bases de paz nesta área, que as propostas da RPD da Coreia se inserem. Propostas que surgem na linha de muitas outras já anteriormente avançadas, e que acabarão por contribuir para abrir os caminhos da paz e da reunificação na Coreia.



Mineiros em greve na África do Sul

Vive-se nestes dias, na África do Sul, a maior greve de sempre no país, pela sua amplitude.

O Sindicato Nacional dos Mineiros anunciou que 340 mil trabalhadores nas minas de carvão e ouro do país iniciaram uma greve ilimitada. 44 das 46 minas abrangidas estão totalmente encerradas. O Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) advertiu o governo de Pretória de que uma intervenção repressiva contra os mineiros provocaria uma greve generalizada.

Dias antes, os 1800 trabalhadores da mina de carvão «Matla», a Leste de Joanesburgo, haviam iniciado uma greve exigindo o melhoramento das condições de trabalho, aumento de salários e o fim da prática de segregação racial na produção.

Cyril Ramaphosa, secretário-geral da União Nacional dos mineiros, sublinhou: «exigimos que as autoridades observem todas as leis durante a greve, visto que nos últimos dias o regime de Pretória lançou várias vezes o Exército e a polícia para reprimir as greves legítimas dos trabalhadores». No passado dia 6, três mineiros foram mortos na mina de ouro de «Lesley», oficialmente como resultado de «confrontos étnicos», normalmente uma das armas utilizadas pelos serviços secretos de Pretória.

Saudação ao PC dos EUA

Por ocasião da 24.ª Convenção Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista dos Estados Unidos a mensagem que reproduzimos.

Queridos Camaradas

É com grande satisfação e, guiados por sentimentos de fraternal solidariedade que, em nome dos comunistas portugueses, transmitimos calorosas e fraternais saudações à 24.ª Convenção Nacional do Partido Comunista dos EUA, e por intermédio dos seus delegados, a todos os comunistas dos Estados Unidos da América.

O PCP deseja-vos êxitos nos trabalhos da vossa Convenção Nacional e na vossa luta, para defender os interesses e direitos

da classe operária e de todos os trabalhadores norte-americanos, sem distinções de raça, credo ou sexo. A corajosa resistência do vosso Partido às pressões e perseguições que, ao longo dos anos, visaram calar a voz dos comunistas norte-americanos, é motivo de confiança na capacidade do PC EUA para cada vez mais se afirmar como força activa e interveniente na luta contra o domínio da sociedade norte-americana pelas forças do grande capital, e por transformações democráticas na senda do progresso social. A luta dos trabalhadores e do povo dos EUA, na própria cidadela do imperialismo, é de enorme importância para todas as forças antiimperialistas e amantes da paz.

Queridos Camaradas,

Em Portugal a situação continua a caracterizar-se por uma luta de classes muito aguda em torno das conquistas da revolução portuguesa de Abril de 1974 e do regime democrático que as consagra. De um lado, com a classe operária na vanguarda e através de um poderoso movimento popular de massas, encontram-se as forças que defendem tenazmente e palmo a palmo estas conquistas. Do outro, encontram-se as forças reaccionárias e o imperialismo que a todo o custo pretendem restaurar no nosso país o capitalismo monopolista de estado que a revolução liquidara. É neste contexto que devem considerar-se os resultados das eleições de 19 de Julho último. Eles representam uma importante derrota da democracia. O PSD, cujo governo minoritário havia sido derrubado pela convergência das forças democráticas, alcançou a maioria absoluta na Assembleia da República. Isso foi possível pela conjuntura económica externa extraordinariamente favorável ao governo demitido, pela utilização sem escrúpulos do aparelho de estado e da manipulação da comunicação social estatizada, pela exploração pela direita de divisões no campo democrático. A nova situação criada encerra, sem dúvida, graves perigos para a democracia, mas não justifica pessimismo. A grande votação na direita não significa o alargamento da sua base política de apoio. A política do novo governo chocar-se-á inevitavelmente com os interesses e aspirações das amplas massas, com a sua resistência e a sua luta organizada. O PCP, cuja campanha eleitoral demonstrou grande capacidade de intervenção e apoio popular, prosseguirá com energia e confian-

Visita de dirigente comunista chileno

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português esteve, em Portugal, de 3 a 7 de Agosto, José Miguel Varas, membro do Comité Central do Partido Comunista do Chile. Durante a sua estadia foi recebido por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que se encontrava acompanhado por Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Durante o encontro foram trocadas opiniões sobre a situação nos países respectivos e a actividade dos dois partidos, e foi manifestada a vontade comum de reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista do Chile.

ça a sua acção de esclarecimento e mobilização da classe operária e outras classes e camadas antimonopolistas, prosseguirá a sua política de diálogo e convergência e unidade de todas as forças democráticas, prosseguirá a sua luta por um governo e uma alternativa democráticos que ponha termo à ofensiva contra-revolucionária e defenda o prosseguimento do regime democrático.

Nos últimos tempos têm-se afirmado importantes tendências positivas na situação internacional. A política de paz da URSS e outros países socialistas e o renovado vigor das suas propostas de desarmamento representam um importante obstáculo aos desígnios belicistas do imperialismo. A crise política do governo Reagan, que se encontra atolado no pântano das suas próprias ilegalidades e operações secretas, também dificulta a política de intervenções abertas e encobertas contra as jovens revoluções e contra o vasto movimento de libertação nacional e social que se desenvolve em todo o mundo.

É entretanto evidente que o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, não desistiu dos seus propósitos de revanche social e hegemonia mundial. O governo de Reagan, acompanhado pelos círculos mais reaccionários da NATO, prossegue a escalada armamentista, procura sabotar a conclusão de um acordo sobre o desmantelamento dos mísseis de médio e curto alcance na Europa e outros acordos de desarmamento, insiste no projecto da «guerra das estrelas». Ao mesmo tempo prossegue as suas tentativas para criar e agravar perigosos focos de tensão, como na região do Golfo, e insiste na sua política de ingerência e agressão contra povos e países soberanos na América Central, na África Austral, no Médio Oriente e noutras regiões do mundo.

Face a uma tal situação, o PCP considera necessário prosseguir e intensificar a luta popular em defesa da paz e pelo desarmamento e a solidariedade activa para com todos os povos vítimas de agressões imperialistas. O fortalecimento da amizade, cooperação e acção comum de todas as forças do progresso social e em primeiro lugar o reforço da unidade do movimento comunista, são de decisiva importância para assegurar o prosseguimento vitorioso do processo de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos e a defesa da paz mundial.

Queridos Camaradas

Desejando uma vez mais os maiores sucessos aos trabalhos da 24.ª Convenção Nacional do Partido Comunista dos Estados Unidos da América, reafirmamos a nossa vontade de reforçar as tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário.

Internacional

Genebra

Novas ideias para a paz

Dia 9. 11 horas e dois minutos. Nagasaki. Tocam os sinos e as sirenes. Toda a população da cidade cumpre um minuto de silêncio. Na véspera havia sido a vez de Hiroshima. Todos os anos se repete a recordação das vítimas e o Apelo. Recordação das vítimas e dos carrascos. Porque importa bem não esquecer que as primeiras — e únicas — bombas atómicas lançadas o foram por ordem da Casa Branca e do Pentágono. Quarenta e dois anos volvidos, o planeta tornou-se entretanto num verdadeiro arsenal de armas nucleares e outras sofisticadas armas de destruição massiva. Mas também — pela primeira vez — se perfila como perspectiva de rápida concretização, a destruição (e não já apenas a limitação) de toda uma categoria de armas.

Há dias o «Pravda», órgão central do Partido Comunista da União Soviética, afirmava: «existem agora as condições suficientes e reais para eliminar quanto antes dois tipos de armas nucleares: os mísseis de curto e de médio alcance, tanto na Ásia como na Europa».

O obstáculo, uma vez mais, está em Washington. Trata-se de recusa em incluir nos acordos de liquidação de mísseis nucleares na Europa, dos 72 Pershing-1A, de ogivas nucleares norte-americanas, estacionadas na RFA. Para os Estados Unidos esses mísseis não lhe pertenceriam — muito embora os possa a qualquer altura utilizar...

Mísseis e cargas nucleares que não são de ninguém?

Comentando tal absurda situação ao discursar na Conferência das Nações Unidas sobre Desarmamento,

em Genebra, Chevardnadze, ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, sublinhou que não pode haver na Terra «armas nucleares que não pertencem a ninguém, pouco importando a quem pertença o carburante».

E avançou — se as ogivas são norte-americanas devem ser desmanteladas. Acrescentando que a RFA não tem «o direito nem legal nem moral de as possuir», em virtude do tratado de não proliferação de armas nucleares.

A questão do controlo

A criação de um grupo científico especial de peritos para elaborar e apresentar recomendações acerca do sistema de controlo, tendo em vista um eventual acordo soviético-norte-americano sobre a proibição de ensaios nucleares (o que barraria a via do desenvolvimento qua-

litativo dos armamentos) — é uma das propostas avançadas por Chevardnadze, na Conferência de desarmamento em Genebra.

A questão do controlo foi particularmente realçada.

A URSS insiste num controlo constante do processo de eliminação dos armamentos nucleares, compreendendo estes na etapa actual os mísseis de médio alcance e tático-operacionais, e considera obrigatório o acesso às instalações militares da URSS e dos Estados Unidos nos terceiros países onde podem ser estacionados os mísseis.

Controlo ainda do lançamento de todos os aparelhos espaciais, para impedir a militarização do Espaço.

Assim, a União Soviética propõe garantir a presença permanente de grupos de inspectores, em todos os polígonos destinados ao lançamento de objectos espaciais. «Se um Estado não tiver intenções de estacionar armas no Espaço, não pode ter objecções algumas à inspecção internacional da sua actividade no Espaço.»

Também no que respeita às armas químicas, e à liquidação das suas reservas — e Chevardnadze sublinha que presentemente se tornou possível apoiar a respectiva convenção — é também de controlo que se trata, concretamente decidir do princípio de inspecção obrigatória, sem direito de recusar tal inspecção.

O ministro soviético avançou mesmo um convite aos participantes das conversações sobre as armas químicas, para visitar a estrutura militar soviética de Chikhani, e assim conhecerem os exemplares típicos de que a URSS dispõe. Dentro de mais algum tempo, os peritos são convidados «para uma empresa espacial de liquidação das armas químicas», que está a ser construída na URSS, nas imediações da cidade de Tchapaevsk.

Outras iniciativas

Em Genebra, nem só de controlo se falou. Muito embora essa seja uma questão decisiva, quando é de facto de desarmar que se trata. Tão decisiva que, como disse Chevardnadze, «logo que nos propomos alguns métodos e meios concretos de controlo, os nossos parceiros ocidentais perdem o interesse por eles e arranjam um novo domínio para desenvolver a polémica».

No contexto geral dos objectivos da Conferência de Desarmamento da ONU em Genebra, a participação da URSS visa amplos objectivos: concluir acordos com os Estados Unidos e a nível internacional sobre a liquidação total e geral dos armamentos nucleares, conseguir a proibição universal de instalação de armamentos no

Espaço, estabelecer um regime internacional que exclua a existência no mundo de armas químicas e outros tipos de armas de extermínio em massa, reduzir a quantidade dos armamentos convencionais até aos níveis necessários para a defesa e criar, com base na cooperação de todos os Estados do mundo de um sistema global de segurança internacional, em que a organização das Nações Unidas, em conformidade com a sua carta, possa manter de forma eficaz a paz e a segurança.

Entretanto, também em

Genebra, nas conversações soviético-americanas sobre armas nucleares e espaciais, a última semana do mês de Julho foi marcada por importantes iniciativas da União Soviética.

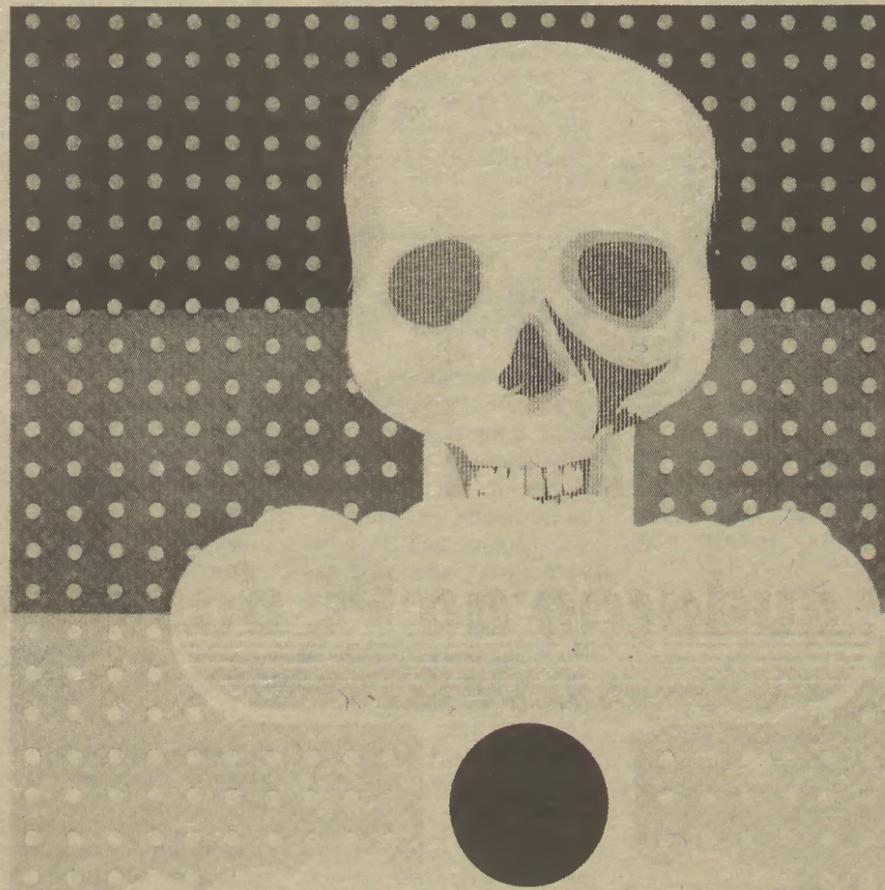
Dia 29 foi apresentado um projecto de acordo sobre medidas de reforço do tratado sobre sistemas de defesa antimíssil (DAM) e sobre o impedimento da corrida aos armamentos no Espaço cósmico. Dois dias mais tarde, um projecto de acordo sobre a redução e limitação de armas estratégicas ofensivas.

Concretamente, a URSS

propõe reduzir as armas estratégicas ofensivas em 50 por cento, ou seja, reduzir num período de cinco anos os mísseis balísticos intercontinentais, os mísseis lançados a partir de submarinos e os bombardeiros estratégicos para um número de 1600 e um total de 6000 ogivas, para cada parte, que deveriam determinar a estrutura das suas armas estratégicas.

A concretização desta proposta está estreitamente ligada — interdependente do reforço do tratado sobre limitação dos sistemas DAM.

HIROSHIMA · NAGASAKI



Passados 42 anos sobre os massacres de Hiroshima e Nagasaki, o planeta tornou-se um verdadeiro arsenal de armas de destruição massiva. «Agir, agora» é uma homenagem às vítimas de 1945 e uma necessidade para garantir a Paz

Não às armas nucleares jornada de acção em Lisboa

«Agir, agora», é a melhor homenagem que cada um pode prestar às vítimas de Hiroshima, afirma-se no comunicado distribuído na Praça da Figueira em Lisboa, quando do 42.º aniversário dos bombardeamentos de Hiroshima e Nagasaki.

Uma jornada de acção contra as armas nucleares, organizada pelo Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal, em colaboração com o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Comissão de Paz de Lisboa,

o Movimento Democrático de Mulheres e a União dos Sindicatos de Lisboa.

A jornada teve como objectivo, fundamentalmente, realizar uma acção de informação e consciencialização dos perigos da acumulação de armas nucleares. Naturalmente com especial referência a Portugal. São realçados factos como as ameaças que se prendem ao projecto «europeu» de uma lixeira nuclear em Aldeadávila e as notícias sobre uma possível transferência para Portugal

dos aviões norte-americanos F-16.

O manifesto distribuído apela à mobilização na luta «por uma Europa sem mísseis nucleares; contra a transferência para Portugal dos aviões americanos F-16; pela garantia de proibição de trânsito e estacionamento de armas nucleares na Base Aérea das Lajes e de submarinos equipados com armas nucleares no Tejo; contra a construção da estação de rastreio de satélites em Almodôvar.»

Os caminhos da paz

No difícil caminho percorrido para a paz, a memória pode ser algo de importante, pois nos dá a medida dos avanços registados, ainda que num quadro bem complexo e variável.

Por isso valerá a pena lembrarmos que em 1980, quando se preparava a vitória eleitoral de Reagan (cuja figura e política estão hoje seriamente abaladas), um grupo de ideólogos da extrema direita do partido republicano, elaborou o famoso «Documento de Santa Fé». Nele textualmente se dizia:

«Nas questões internacionais, a norma determinante para os Estados Unidos não é a paz, mas a guerra. O isolacionismo é impossível para os Estados Unidos. A contenção da URSS é insuficiente. O desanuviamento está morto. Para poderem sobreviver, os Estados Unidos devem realizar uma política externa nova e, ou tomar a iniciativa, ou perecer. Estamos quase à beira de uma terceira guerra mundial. Ou a «Pax Soviética» ou a «Pax Americana» — esta é a alternativa... Não se pode adiar a hora da decisão».

Outra é agora a linguagem. E não por acaso. Basta referirmos dois factos, para compreender porque na Casa Branca se esforçam por demonstrar a vontade de paz que não tem, porque mais tarde ou mais cedo se verão obrigados a assinar acordos de liquidação de armas que não desejam. Dois factos simples.

A maioria esmagadora da população da RFA manifesta a sua total adesão às propostas de desarmamento de Gorbachov, em particular no que respeita à Europa. Cerca de sete mil cientistas norte-americanos — entre os quais 21 prémios Nobel — já declararam que boicotarão os trabalhos de investigação empreendidos no âmbito da «guerra das estrelas». No total dos países capitalistas desenvolvidos, esse número sobe para os doze mil.

«Um primeiro passo histórico» na América Central

«Um primeiro passo histórico» — foi como o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, qualificou a assinatura, na cidade da Guatemala, de um acordo de paz entre os cinco países da América Central — Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala e Costa Rica. O documento prevê um cessar-fogo nos conflitos armados em 90 dias, uma ampla amnistia, a interrupção da ajuda aos grupos armados, o reforço das «democratizações» internas e a proibição da utilização dos territórios nacionais para agressões contra os outros países.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros instituíram-se em Comissão Executiva e reunir-se-ão dentro de 15 dias. Será formada uma comissão internacional de verificação e os presidentes deverão voltar a reunir-se dentro de 150 dias. Será então analisado o relatório da Comissão Internacional sobre o andamento da aplicação do acordo.

A importância do acordo obtido sobressai mais ainda pelas circunstâncias que o rodearam, ou seja as pressões de Washington para o impedir, ou mais concretamente para o sabotar. Aliás já o adiamento desta cimeira, anteriormente marcada para 25/26 de Junho, se deveria aos «bons ofícios» da Casa Branca. Agora, Reagan havia avançado uma pseudo-proposta de paz, com exigências que se sabia de antemão inaceitáveis para a Nicarágua, como a de negociações directas com os chefes dos terroristas anti-sandinistas. O presidente da Costa Rica, Óscar Arias, autor do plano de base que foi debatido na Guatemala, declarou recusar a integração da proposta de Reagan na ordem de trabalhos da Cimeira.

O «primeiro passo histórico» agora obtido na Nicarágua, foi também, e necessariamente, um passo contra a política do imperialismo na América Central. E contará com a sabotagem por parte de Washington, com o prosseguimento das «ajudas» aos «contra».

Neste momento, quatro mil «contras», enviados a partir das duas bases nas Honduras, estão a desencadear uma grande ofensiva no interior da Nicarágua — afirmou numa entrevista publicada pelo jornal sandinista «Barricada», o vice-ministro da Defesa da Nicarágua, Joaquim Cuadra. Cuadra disse ainda que os «contras» estão a actuar em pequenos grupos, fugindo aos confrontos com as unidades do Exército sandinista, sendo os seus alvos preferidos as empresas industriais civis e as cooperativas.

A política imperialista para a América Central vai prosseguir ainda. Acrescentando novos sofrimentos para o povo da Nicarágua. Mais camponeses, homens, mulheres, crianças, vão ser assassinados.

Mas o acordo obtido na cidade da Guatemala, de par da reconhecida incapacidade dos terroristas de obterem quaisquer trunfos, são claro sintoma do sentido da evolução da realidade na América.

Em Dezembro de 1981, Reagan assinava uma ordem dando à CIA autorização para «estabelecer contactos com os dissidentes nicaraguenses banidos e efectuar operações políticas e paramilitares» contra o governo sandinista. Múltiplas armas foram utilizadas contra a revolução sandinista. Ameaçou-se mesmo com uma intervenção directa. De facto recorreu-se a uma guerra declarada, que passou até pela minagem das águas nicaraguenses. E com o recurso prioritário e sistemático a verdadeiros grupos de bandidos, como aliás é reconhecido nos Estados Unidos (não por todos, naturalmente...). Relatórios da organização norte-americana «World Watch», que luta pelos direi-



Uma imagem da Nicarágua. Produção e defesa são tarefas que se têm que continuar a realizar simultaneamente. Mas hoje a política agressiva dos EUA está mais isolada que nunca

tos humanos, qualificou os «heróis» de Reagan de bandidos que assassinam mulheres e crianças indefesas e queimam aldeias por prazer. Em Fevereiro de 1985, em sondagem realizada a opi-

ção pública norte-americana, 70% dos americanos manifestavam-se contra o financiamento dos «contras».

É inserindo-nos em todo este contexto que mais salta a importância do acordo para

a América Central. É a política de Washington que está em xeque, isolada mesmo face a alguns dos governos que alinham em geral com Washington, e países vítimas também da mesma política.

Cada vez mais armas no Golfo

Cresce a tensão no Golfo, diariamente estimulada, multiplicando-se possíveis elementos suplementares de atrito, levando a que o mais pequeno incidente possa degenerar numa mais grave realidade de guerra. A guerra Irão-Iraque (em que o Irangate demonstrou a existência de responsabilidades por parte de Washington), os EUA somaram agora a ameaça da sua desmedida presença militar, puxando também para a aventura provocatória alguns dos seus aliados da NATO.

Na região do Golfo estão neste momento pelo menos 24 navios de guerra norte-americanos, com mais de 15 mil soldados a bordo.

Mas a presença militar norte-americana na zona é mais vasta.

Há as «forças de intervenção», estacionadas em vários países do Golfo, como a Arábia Saudita, Oman, Barheïn. E ainda os milhares de fuzileiros navais em «manobras» na Somália. O navio anfíbio de assalto, o «Gua-

dalcanal», estacionado na base de Diego Garcia, no Índico.

Neste quadro, multiplicam-se acções desestabilizadoras, com operações de escolta, mísseis lançados sobre hipotéticos alvos, jogos com minas, que ainda agora levaram a mais um acidente com

o petroleiro «Texaco Caribbean».

O objectivo é manifestamente gerar situações propícias ao domínio militar do imperialismo norte-americano numa área onde se cruzam graves problemas. Antes do mais, do povo palestino. E também do povo libanês, país que o imperialismo tentou cindir, como é prática sua quando o domínio total se revela impossível.

Nesta corrida ao domínio militar — na linha política de defesa de posições de força — os EUA estão nomeadamente a pressionar o governo egípcio, para que este conceda «facilidades» militares às suas forças armadas, a pretexto de combater a «ameaça iraniana».

A situação de grande tensão criada pelos Estados

Unidos, está a ser utilizada por estes para alargar a sua rede de bases em diferentes países árabes. A dívida e as dificuldades económicas de alguns destes países, nomeadamente do Egipto, são utilizadas como armas de pressão para impor cedências.

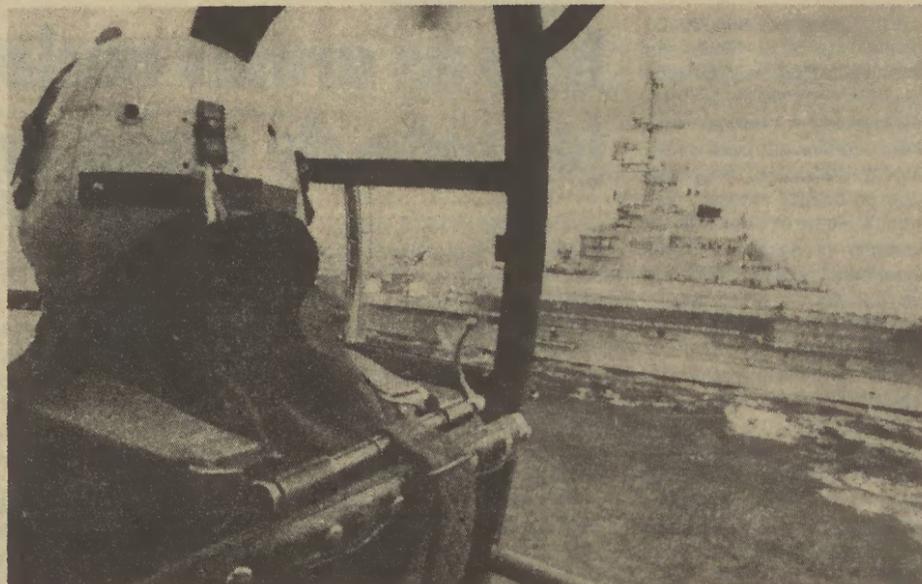
É toda a prática política do imperialismo que se espelha no Golfo.

Uma política que não é de agora.

No documento do Pentágono alusivo à estratégia militar dos EUA para os exercícios financeiros de 1984 e 1988, diz-se que «a estratégia para o Sudoeste Asiático, incluindo o Golfo Pérsico, prescreve as forças americanas estarem prontas a ocupar, em caso de necessidade, posições nesta região por iniciativa própria».

Naturalmente entende-se que a «necessidade» é apenas a de o imperialismo norte-americano ganhar posições. E é isso que está a ser feito.

Mas enquanto os Estados Unidos desenvolvem a sua política de força e chantagem, outros processos naturalmente tenderão a desenvolver-se. Das dificuldades acrescidas entre aliados — quer da NATO, quer Israel — a tendência de reforço do carácter anti-imperialista dos movimentos de massas. A persistente política de paz, desenvolvida em particular pela União Soviética, também para esta zona, a batalha dos povos para a solução dos agudos e muito reais problemas que os afectam — darão os seus frutos.



Cada vez mais armas no Golfo. A França também participa na escalada de tensão na zona. Na foto o porta-aviões «Clemenceau»

«Em Maio foi publicada nova tabela oficial dos vários tipos de carne para venda ao público. Com os novos preços, o seu consumo tornou-se ainda mais monopólio dos ricos, mormente no que respeita ao que há de melhor: lombo, vazia, carne de 1.ª, rim, que tiveram aumentos de 7\$00 a 10\$00. Para as classes trabalhadoras, continua a destinar-se (nalgum dia de festa ou por doença) o que os ricos não comem, carne de 3.ª... e os ossos. Estes, foi a única coisa que não subiu. É por isso que, com desfaçatez e desvergonha, os jornais diários dizem que o aumento dos preços não afectou grandemente as classes pobres, pois o que mais subiu foi a carne de 1.ª classe, e essa é a que já era comprada pela gente abastada (e pelos 12 000 turistas que se anuncia entrarem em Portugal diariamente). É o tal tributo que, no dizer de um senhor ministro, os ricos pagam aos pobres.

«Além disso a tabela não passa duma mistificação. Toda a gente sabe que os preços praticados são, na realidade, muito superiores aos anunciados.» (...)

(«Contra o aumento do custo de vida» — «Avante!», série VI, n.º 358, Agosto de 1965)

AVANTE! PALESTANOS DE TODOS OS PAÍSES UNIDOS

«Enquanto o fascismo vai cantando a «vitória» de Américo de Deus, seu candidato à presidência da República, sobre Rodrigues Tomás, anterior presidente, e o povo explica sarcasticamente que o palhaço ficou no poleiro porque um marinheiro não abandona um barco quando ele está a afundar-se, a Oposição vai desenvolvendo actividades visando à apresentação de candidatos a deputados em todos os distritos do Continente.

Por estranho que pareça, no entanto ainda há políticos da Oposição que defendem exclusivismos na preparação das actividades oposicionistas e de formação de listas. Uns refugiam-se na velha cantiga «com esses não, que estão queimados» e podem portanto «estragnar o nosso trabalho». Esquecem-se que o que «queima» perante o fascismo um movimento unitário não é a participação deste ou daquele democrata, mas sim o grau de intensidade e de consequência com que actua o movimento. Ora pondo de parte homens ou mulheres que normalmente emprestam aos movimentos unitários acção e firmeza, espírito de iniciativa, prestígio em certos círculos e ligação a massas, o movimento enfraquece-se perante o fascismo que, pelo contrário, aproveitando-se dessa divisão, se fortalece. Há pois que pôr de parte exclusivismos e discriminações, se se quer avançar resolutamente pelo caminho da luta unida contra o fascismo.» (...)

(«Unidade sem exclusivismo frente às próximas eleições» — «Avante!», VI série, n.º 358, Agosto de 1965)

AVANTE!

«Democratas! Republicanos! Façamos da comemoração da gloriosa jornada de 5 de Outubro um dia de luta organizada pelas Liberdades Democráticas e de manifestação de fé nos destinos da nossa Pátria! Dentro do espírito da mais larga unidade, comemoremos todos esta jornada de luta da história nacional e do nosso povo! Façamos do 5 de Outubro de 1955 uma grande jornada de unidade e de luta!»

(«Avante!», VI série, n.º 203, Agosto de 1955).

Em Foco

Avante!

Ano 57 - Série VII
N.º 711

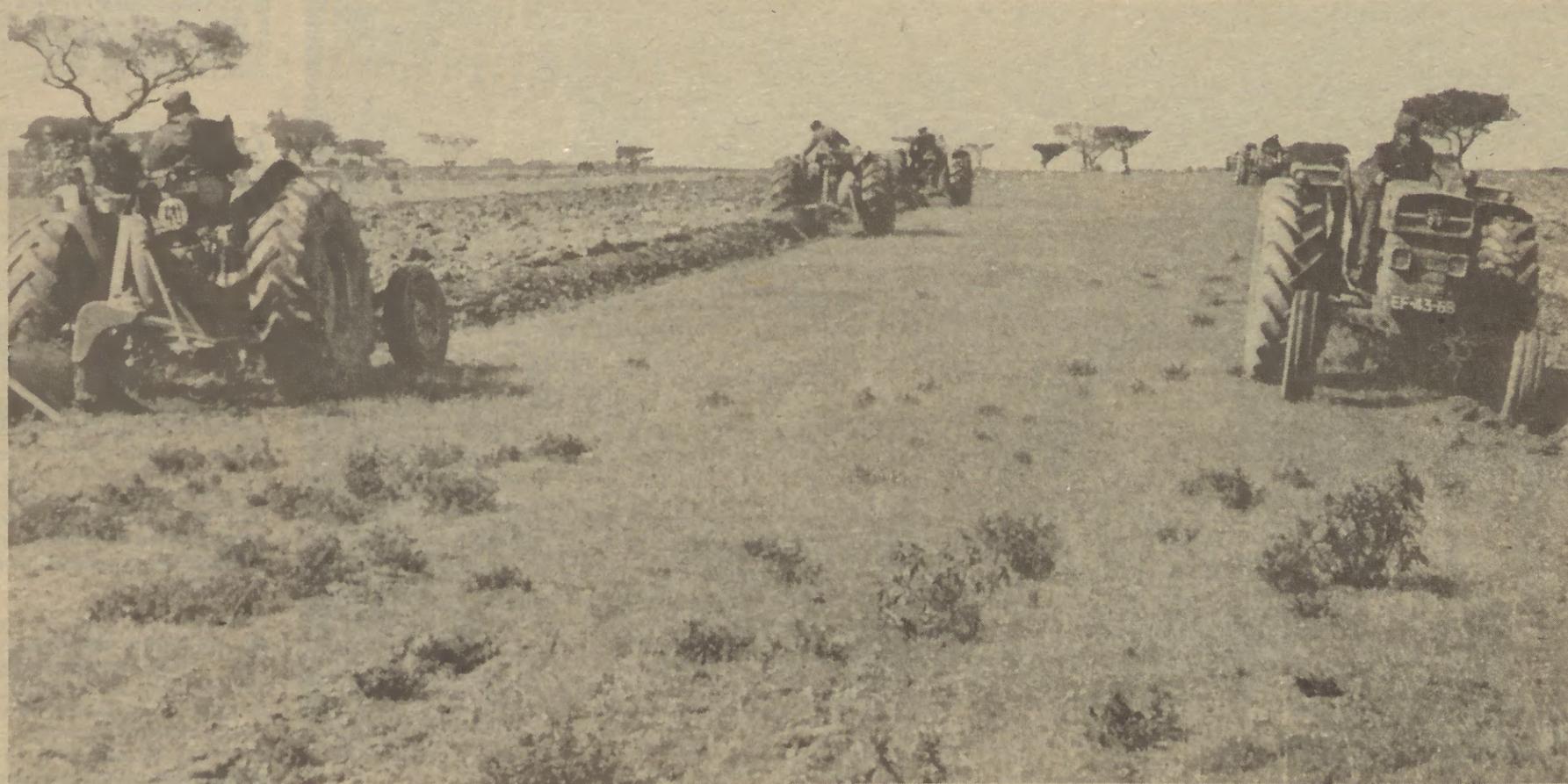
13 de Agosto de 1987

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

AGRICULTURA EM PORTUGAL

**O ponto da situação
e as consequências
da adesão à CEE**



(1) AGRICULTURA

O ponto da situação

Na Assembleia da República, nas autarquias e nas organizações sociais, na intervenção política do quotidiano, nas acções promovidas pelo Partido no quadro da sua intensa actividade orgânica — desde os plenários e reuniões ou assembleias de organização, às conferências e outras realizações para debate e aprofundamento de temas concretos — os comunistas empenham-se no reforço dinâmico da sua ligação às massas e no estudo dos problemas que afectam os portugueses, avançando propostas realistas para a sua solução.

Uma passagem mesmo rápida pela colecção do «Avante!» mostra como têm sido oportunas e positivas nos últimos anos as múltiplas iniciativas do Partido viradas para a análise exaustiva das diferentes áreas e sectores, da economia ao desporto, do Poder Local à Comunicação Social, etc.

Baseadas numa valiosa experiência de trabalho colectivo, estas iniciativas têm reunido um vasto apoio e participação de trabalhadores e especialistas nas diversas realidades, têm contribuído para o êxito dessas realizações, sistematicamente silenciado pela maioria dos órgãos de informação, controlados pela direita.

Na recente campanha eleitoral essa «maneira de estar» na vida, teve, naturalmente, os seus reflexos. O PCP e a CDU realizaram várias conferências de imprensa para divulgar propostas sérias, dirigidas para a resolução de problemas graves que afectam a sociedade portuguesa, nomeadamente nas áreas dos trabalhadores, educação e ensino, saúde, assistência e apoio aos deficientes, juventude e também **agricultura**.

E é a esse último tema que nos iremos referir nesta e na próxima edição, apresentando aos nossos leitores um trabalho organizado a partir da riquíssima documentação proporcionada aos jornalistas numa conferência de imprensa realizada no Porto já na ponta final da campanha eleitoral e onde os comunistas e as outras forças progressistas que estão na CDU apresentaram, por um lado, a caracterização actualizada dos problemas da agricultura (que hoje não se podem separar das consequências da adesão à CEE) e, por outro lado, um naipe de propostas objectivas para a dinamização e desenvolvimento da agricultura, no respeito pelo interesse nacional e pela garantia e alargamento dos direitos sociais legítimos de quem trabalha a terra.

Hoje ficamos pela caracterização dos problemas. Na próxima semana salientaremos as propostas de âmbito nacional divulgadas na cidade Invicta. ■

Frutas, um exemplo expressivo dos prejuízos que a CEE origina na produção nacional. Já agora, recorde-se que a maçã, a pêra e o pêssego não estão contemplados com as chamadas indemnizações compensatórias, previstas para compensar as desvantagens naturais permanentes nas zonas desfavorecidas



Os factos estão aí e não deixam dúvidas

Decorridos cerca de 10 anos de negociações e pré-adesão e cerca de ano e meio de integração na CEE, como está a agricultura portuguesa? Como vivem os agricultores e os trabalhadores rurais em Portugal?

Não serão necessárias aprofundadas investigações ou reflexões teóricas para obter a resposta a essas duas perguntas: quem tiver os olhos abertos para a realidade vê seguramente que a agricultura portuguesa está mal, como mal vai a vida dos que labutam a terra.

E porque há que chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes e porque os **factos** são a melhor maneira de provar a verdade, convidamo-lo, amigo leitor, a seguir connosco este tortuoso itinerário: uma viagem com 15 paragens, à «descoberta» da grave situação em que se encontra a agricultura portuguesa, integrada na CEE. Segure-se e venha daí:

1. Os agricultores e trabalhadores rurais continuam entre os mais marginalizados em matéria de direitos sociais (reformas, invalidez, protecção na doença e acidentes de trabalho, etc.);

2. A política de comercialização e preços tem funcionado sistematicamente como um factor de estrangulamento do rendimento dos agricultores e da retracção da produção para o mercado, descapitalizando o sector, deixando os nos-

3. A política de crédito ao investimento produtivo tem-se mostrado completamente inadequada à realidade da estrutura económico-agrícola das nossas explorações e às taxas de rentabilidade dos investimentos, inviabilizando a sua utilização pela esmagadora maioria dos agricultores;

4. Não dispomos de uma política para a produção

que responda às necessidades internas da nossa economia alimentar e às potencialidades dos mercados externos;

5. A formação profissional e a extensão rural encontram-se num estado menos que embrionário. O apoio técnico de campo é praticamente inexistente;

6. A investigação e a experimentação aplicadas são manifestamente insuficientes e raramente se interligam com alguma eficácia. **A falta de vulgarização impede** que a esmagadora maioria dos agricultores colham quaisquer benefícios do pouco que se faz;

7. Os programas e acções relativas à sanidade animal não respondem devidamente às exigências da gravidade da situação sanitária em que se encontram os efectivos pecuários;

8. As tentativas de alteração da lei do arrendamento rural, sobretudo por parte do Governo de Cavaco Silva e do PSD, têm contribuído para agravar a insegurança dos rendeiros, condicionando o investimento produtivo em mais de 30% da superfície agrícola e florestal do continente. **As rendas especulativas premeiam o absentismo e penalizam os que produzem;**

9. As acções de emparcelamento rural, marcadas pelo arbítrio e orientadas no sentido da concentração da terra à custa da liquidação das pequenas explorações e da expulsão dos pequenos rendeiros, em lugar de contribuírem



Os agricultores e trabalhadores rurais continuam entre os mais marginalizados em matéria de direitos sociais: reformas, invalidez, protecção na doença e acidentes de trabalho, etc.

EM PORTUGAL

A formação profissional e a extensão rural encontram-se num estado menos que embrionário. O apoio técnico de campo é praticamente inexistente



para a solução dos problemas estruturais, para a valorização e potencialização da pequena agricultura e para a estabilidade, apenas têm criado legítimas resistências e comprometido acções futuras, por mais correctos que venham a ser os objectivos;

10. A liquidação do regime de exclusividade da recolha de leite por parte das cooperativas, nas áreas organizadas, reduz drasticamente as funções económicas e sociais das cooperativas, privilegia a indústria privada, e gera progressivas áreas marginais, onde a produção se tornará no curto prazo economicamente inviável;

11. O encerramento de matadouros públicos e da pequena indústria, sob pretexto da falta de condições higio-sanitárias, visa a concentração dos abates numa rede dominada pelos grandes industriais e comerciantes-importadores, agrava os custos entre a produção e o consumo, e criará igualmente no curto prazo vastas áreas marginais, onde a produção se tornará economicamente inviável, pelos custos que lhe serão imputados e pelo desinteresse da

procura. Acresce que a denominada «Rede Nacional de Abate» que vem sendo implementada pelo Governo de Cavaco Silva, está condenada, logo à partida, à falência, com uma capacidade instalada que excede em cerca de 70% o potencial de abate existente no País;

12. As constantes tentativas de encerramento das feiras de gado, sem ter em conta a estrutura produtiva e os condicionamentos regio-

nais nas relações entre a oferta e a procura, e sem sequer se criarem alternativas eficazes, têm constituído outro factor de instabilidade;

13. A natureza e orientação da política florestal mostram-se incompatíveis com as funções social, económica e ambiental a que deviam subordinar-se;

14. A expansão florestal e a redução da área agrícola, correspondendo às

pressões da CEE e das celulosas, em larga medida dominadas pelo capital estrangeiro, está conduzindo à expansão anárquica da floresta industrial, sem cuidar de preservar e potencializar a correcta mobilização e gestão dos nossos recursos. Assiste-se diariamente à invasão da área agrícola pela floresta industrial, à expansão desordenada do eucalipto, à substituição anárquica de olivais por eucaliptais, à subalternização da floresta de uso múltiplo. Em contrapartida desprezam-se vastas áreas de incultos, que devem ser florestados e o não são porque não propiciam rendimentos directos e de curto prazo.

Têm sido constantes as tentativas de retirar aos compartimentos a administração e usufruto colectivo dos baldios.

A florestação vem-se assumindo progressivamente como um elemento repulsivo das populações rurais e atentatório das economias locais;

15. As constantes acções de destruição da Reforma Agrária e da reconstrução da estrutura da propriedade latifundiária anterior a 1974 geram a instabilidade, destroem a estrutura produtiva, impedem o investimento, fomentam o desemprego e as áreas subaproveitadas e abandonadas.

**



As tentativas de alteração da lei do arrendamento rural, sobretudo por parte do Governo de Cavaco Silva e do PSD, têm contribuído para agravar a insegurança dos rendeiros, condicionando o investimento produtivo em mais de 30 por cento da superfície agrícola e florestal do continente. As rendas especulativas premiam o absentismo e penalizam os que produzem

Toda esta situação compromete a política e a responsabilidade de Cavaco Silva, do PSD e dos governos que os precederam. ■

Aumentos de importações

Comparando o ano de 1986 (primeiro ano de adesão à CEE) com o ano de 1985, verificaram-se os seguintes aumentos de importações:

Carne de bovino	—	+ 35%
Carne de ovino	—	+ 70%
Legumes e frutas	—	+ 40%
Uvas	—	+ 196%
Vinho	—	+ 505%

AGRICULTURA EM PORTUGAL

Consequências da adesão à CEE

Ao longo do primeiro ano e meio de integração na CEE tem-se acentuado o antagonismo entre os interesses da nossa economia alimentar, da nossa agricultura e dos nossos agricultores e a Política Agrícola Comum (PAC).

As medidas que a CEE vem adoptando no sentido da contenção e redução das suas produções excedentárias e dos correspondentes preços à produção (cereais, leite, vinho, azeite, frutas, carne de bovino, tomate, beterraba sacarina, etc.) já não podem sequer ser encaradas como uma dificuldade a enfrentar após o período de transição, porque elas estão, desde já, a derrubar as próprias defesas que a fase de transição aparentemente nos proporcionava. Avolumam-se os factores de pressão para que os nossos agricultores abandonem progressivamente produções essenciais para o País, para que a nossa área de uso agrícola seja reduzida a menos de metade da área actual e substituída pela floresta, para que sejam marginalizadas e liquidadas milhares de pequenas e médias explorações agrícolas.

Aceitar esta estratégia da CEE, já presente em todos os programas de orientação e financiamento da nossa agricultura, equivale à subalternização e abdicação dos interesses nacionais. A verdade é que o Governo de Cavaco Silva a aceitou, e o que é mais grave, a potencializou.

Vejamos já de seguida algumas das consequências.

Preços agrícolas comuns

São graves e diversificados os problemas criados à agricultura portuguesa pelos chamados preços agrícolas comuns. Para já, registem-se alguns deles:

- Os nossos preços de garantia ao produtor para os cereais e o leite excedem os preços comunitários em cerca de 70% e 30%, respectivamente;
- Os preços da carne, na maioria dos países da CEE são consideravelmente mais baixos que os nossos;
- Submetidas às normas de quali-

dade, elevadíssima percentagem das nossas frutas será classificada nas categorias inferiores ou como refugo, com a inevitável depreciação dos nossos preços;

- As nossas produções unitárias são, em média, 3 vezes inferiores às da CEE;
- O rendimento médio dos nossos agricultores é inferior a 1/2 do obtido pelos agricultores da CEE.

É nestas condições que estamos obrigados a ajustar os nossos preços aos preços comunitários durante o período de transição, com a agravante de este ajustamento colocar dificuldades acrescidas dada a redução dos preços agrícolas comuns e o consequente alargamento

O preço da sujeição

do diferencial entre estes e os nossos preços.

• Para o ano agrícola de 1987/88 os preços ao produtor baixam no caso do leite, foram congelados para o milho, aveia e sorgo. Nos restantes produtos, os aumentos não excederão a média de 7%, o que corresponderá já a uma acentuada redução dos preços reais, e à consequente quebra dos rendimentos dos agricultores.

Os programas comunitários para a produção

O comentário possível aos programas comunitários para a produção deve ter em linha de conta esta ideia-base: se por um lado tais programas poderiam promover a melhoria da qualidade e da produtividade em áreas estritas, a verdade é que são orientados em simultâneo para a redução da produção global, para a marginalização de vastas áreas e das pequenas explorações agrícolas.

Vejamos, no concreto, o que se passa com a vinha, a olivicultura, o PEDAP e o Decreto-Lei 79-A/87 (condições de financiamento às explorações).

• Programa de reestruturação da vinha

Este programa apenas abrangerá,

num período de dez anos, a reconversão de cerca de 10% da área total de vinha, promovendo em contrapartida o arranque de 5% da mesma.

Quanto e quais os produtores que vão beneficiar deste programa?

Muitos dos nossos viticultores poderão vir a arrancar a vinha, não por beneficiarem do prémio de arranque, mas porque não terão condições para continuar a sua exploração.

• Programa nacional de olivicultura

Nos próximos dez anos este programa apenas abrangerá cerca de 11% da área total de olival no que respeita a novas plantações, enxertias e adensamentos. Em contrapartida, o programa promove o arranque de 60 mil hectares de olival, ou seja, quase o dobro da área a beneficiar.

• PEDAP — Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa

Cerca de 50% dos financiamentos deste programa serão canalizados para o sector florestal (PAF), o que também evidencia a orientação da PAC, no sentido da expansão da floresta e da redução da área de uso agrícola.

A este propósito refira-se que o objectivo assumido pelo Governo de Cavaco Silva, e pelo seu partido, e acompanhado por sectores dos próprios partidos democráticos, de reduzir a área de uso agrícola cerca de metade da área actual (não se dispondo sequer de um ordenamento agro-florestal definido em bases científicas, económicas e sociais, e considerando a estrutura dos solos como factor imutável), pode e deve ser entendido não apenas como uma aberração técnica, mas também como uma inqualificável cedência às pressões da CEE, e um atentado aos interesses nacionais.

• Decreto-Lei 79-A/87

Este regulamento que define as condições de financiamento às explorações agrícolas, dispõe que as ajudas à produção processam uma função das necessidades do mercado, e exclui, na prática, a concessão de ajudas a investimentos que visem aumentar na exploração as produções agrícolas que não encontram escoamento normal no mercado. Ou seja, exclui das ajudas as produções excedentárias na Comunidade mas nas quais nós somos, regra geral, altamente carentes.

Por outro lado estimula a arborização (florestação) de superfícies agrícolas.

A sua selectividade não se verifica contudo apenas quanto à produção. Ela atinge também as explorações agrícolas, marginalizando, na prática, mais de 70% dos agricultores, por via das exigências de ordem estrutural e técnica e pelas exigências em matéria de capacidade de financiamento próprio por parte dos agricultores.

Transformação e comercialização (o Regulamento 355)

Ao abrigo do Regulamento 355 está consignado o financiamento à implementação e melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas. O que se tem passado é que esses financiamentos avançam sem um prévio planeamento das carências infra-estruturais, da sua localização e da sua orientação face ao indispensável reforço de organização dos produtores.

Os interesses nacionais, a infra-estruturação da nossa agricultura, estão sendo submergidos por projectos avulso e por interesses que nada têm que ver com o desenvolvimento social, técnico e económico do sector.

Nestas condições continuarão a escapar no futuro os mecanismos e meios de controlo efectivo, por parte da produção, do mercado, da valorização dos produtos e da formação dos preços.

Nestas condições, às cooperativas não correspondem sequer 10% da totalidade do investimento proposto para Bruxelas.

Ao conjunto das cooperativas e das empresas particulares directamente ligadas ou dependentes da actividade agrícola, não cabem 25% do total dos investimentos propostos.

Cerca de 80% do investimento proposto concentra-se nas regiões do Douro e Beira-Litoral e do Ribatejo e Oeste. As regiões interiores são altamente marginalizadas, havendo regiões como Bragança, Castelo Branco e Évora que não têm até ao momento qualquer projecto aprovado(!).

Os projectos ligados à indústria da cortiça, representando mais de 3 milhões de contos, respeitam em mais de 90% a um único grupo empresarial.

Abertura à concorrência comunitária

A progressiva aplicação das regras comunitárias da livre circulação dos produtos agrícolas — ou, por outras palavras, a abertura do nosso mercado à forte concorrência dos produtos comunitários — está a originar importações desnecessárias que agravam as dificuldades de escoamento da nossa produção e pro-



Cerca de 50% dos financiamentos do PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa) serão canalizados para o sector florestal. Expandir a floresta e reduzir drasticamente a área de uso agrícola é a manobra que está delineada. Será isto para o interesse de Portugal e da agricultura portuguesa? (na foto: eucaliptos na zona de Abrantes)

vocam quebras acentuadas dos preços no produtor, além de desequilibrarem ainda mais a nossa balança agro-alimentar.

Entre o primeiro trimestre deste ano e igual período de 1986 as im-

portações agro-florestais cresceram 16% e as exportações baixaram 8%, o que se traduziu na redução da taxa de cobertura de 57% para 45% de um período para o outro.

Podemos avaliar ainda do aumento brutal da entrada dos produtos estrangeiros, com alguns exemplos. Assim e comparando-se o ano de 1986 (primeiro ano de adesão à CEE) com o ano de 1985, verificaram-se os seguintes aumentos de importações: carne de bovino — + 35%; carne de ovino — + 70%; le-

gumes e frutas — + 40%; uvas — + 196%; vinho — + 505%.

Indemnizações compensatórias

Previstas para compensar as desvantagens naturais permanentes nas zonas desfavorecidas, as indemnizações compensatórias excluem as explorações cujos titulares não são agricultores a título principal, as explorações cuja área seja

inferior a 1 hectare e produções como o trigo, o vinho, a maçã, a pera, o pessego, as culturas intensivas e a beterraba sacarina.

Por outro lado verifica-se ainda que os critérios adoptados para a atribuição destas indemnizações revelam graves desajustamentos da realidade da nossa estrutura produtiva, que geram injustiças e desigualdades de tratamento dentro das próprias regiões. ■

(*) Informação de meados de Julho.



Muitos dos nossos viticultores poderão vir a arrancar a vinha, não por beneficiarem do prémio de arranque, mas porque não terão condições para continuar a sua exploração



Nos próximos 10 anos o programa nacional de olivicultura apenas abrangerá cerca de 11% da área total de olival no que respeita a novas plantações, enxertias e adensamentos. Em contrapartida, o programa promove o arranque de 60 mil hectares de olival, ou seja quase o dobro da área a beneficiar



«É do conhecimento geral a situação excedentária do leite de vaca nos países da CEE, bem como dos produtos seus derivados, cujas consequências se traduzem na existência de grandes quantidades desses produtos armazenados e cuja colocação nos mercados, interno e externo, tem encontrado sérias dificuldades» — lê-se num artigo publicado no n.º 5 de «A Vaca Leiteira», revista da Associação Portuguesa dos Criadores de Raça Frísia. É, pois, para essa teia de dificuldades que os produtores de leite foram empurrados com a desão à CEE

EL SALVADOR

Dezoito pontos

para uma saída política

A Frente Democrática Revolucionária e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FDR-FMLN) propuseram recentemente a Napoleão Duarte e ao alto comando do exército de El Salvador um acordo global de 18 pontos – que transcrevemos na íntegra – para reduzir o impacto da guerra sobre a população civil e garantir os direitos mais elementares dos feridos e prisioneiros de guerra.

As propostas da FDR-FMLN incluem ainda as principais medidas susceptíveis de propiciar o diálogo entre ambas as partes para uma solução política global do conflito que há vários anos se arrasta naquele país centro-americano.

A iniciativa, tomada numa altura em que os movimentos patrióticos vêm inflingindo pesadas derrotas militares e políticas às forças no poder com o apoio dos EUA, revela o sério empenhamento dos movimentos guerrilheiros para a instauração da paz e da democracia no país.

A proposta consiste na realização de negociações imediatas que abarquem os seguintes pontos:

1 Suspensão da guerra aérea (bombardeamentos, emprego de mísseis, metralhamentos aéreos), tendo em conta que num território pequeno e densamente povoado como o nosso a guerra aérea afecta seriamente a população civil e é utilizada para forçar o despovoamento e impedir o repovoamento.

2 Pelas mesmas razões anteriores, suspensão do uso de armas de artilharia de longo alcance (morteiros de 81 e 120 mm, obuses de 105 e 155 mm, etc.) já que na prática não discriminam o seu fogo e causam grande dano físico e psicológico na população civil.

3 Suspensão do uso, por ambas as partes, de todo o tipo de minas de fragmentação e armadilhas «caça-tolos».

4 Suspensão por parte da FMLN da sabotagem económica que inclui: paralisação dos transportes, cortes de energia, sabotagem de culturas de exportação, bem como benefícios e demais infra-estruturas económicas das classes dominantes e do governo.

5 Fim da destruição de casas, povoados camponeses, infra-estruturas sociais, culturas, animais de criação de todos os povoados das zonas de conflito; da mesma forma, não impedir ou obstaculizar de modo algum os esforços das populações civis na reconstrução das suas casas e na recuperação económica, social e infra-estrutural das áreas danificadas.

6 Pleno respeito pelo direito da população escolher livremente os seus locais de residência; permitir o livre repovoamento e suspender os desalojamentos e todo o tipo de práticas para forçar o despovoamento e provocar o fenómeno dos desalojados e refugiados que afectou uma quinta parte da população salvadorenha.

7 Livre circulação da população com os seus abastecimentos e livre desenvolvimento do comércio nas zonas de conflito, eliminando todo o tipo de impedimentos e de controlo sobre essas actividades.

8 Não interferir com medidas militares no exercício das funções civis, próprias dos responsáveis autárquicos, juizes de Paz e demais funcionários do aparato político do Estado.

9 Liberdade para todos os dirigentes e membros do movimento popular e sindical presos. Fim de todo o tipo de perseguições, capturas, sequestros, desaparecimentos

e assassinatos contra quem faz reivindicações económicas, sociais e políticas.

No que se refere aos elementos de ambas as partes só é admissível, no contexto da guerra, a captura de membros militares, e não a captura dos elementos que se dedicam a actividades civis.

10 Fim à perseguição e captura de civis nas zonas de conflitos.

11 Respeito pela vida dos prisioneiros, fim de todo o tipo de tortura física ou psicológica, bem como da prática sistemática dos desaparecimentos.

12 Suspensão das execuções de espias e membros de redes de informação de qualquer das partes.

13 Respeito pelo livre exercício das suas funções, liberdade de circulação, integridade física e libertação do pessoal médico e paramédico de ambas as partes e do pessoal religioso que os acompanham; o mesmo no que se refere às clínicas, instalações hospitalares, instrumentos, medicamentos e toda a espécie de material sanitário de ambas as partes.

14 Respeito pelos combatentes feridos de ambas as partes, permitindo a sua deslocação e assistência médica em qualquer ponto do território nacional, sem ser objecto de captura, de interrogatórios nem de pressões de qualquer tipo.

15 Medidas para o efectivo cumprimento do acordo de eliminar a prática dos desaparecimentos e respeitar os familiares dos combatentes, comandos, militantes e dirigentes da FMLN e FDR, bem como dos familiares dos soldados e co-



Suspeitos de guerrilha? Basta serem trabalhadores



É assim que a Guarda Nacional trata os membros das organizações populares que se opõem ao regime salvadorenho



Os estudantes não escapam à repressão. Nem o regime à oposição dos estudantes

mandos da FAES e dos funcionários do governo.

16 Suspensão por ambas as partes de todas as formas de recrutamento forçado, aceitando-se apenas a integração voluntária, na base da livre opção de cada qual em cada um dos dois exércitos, como corresponde à natureza interna do conflito, de resto já reconhecida pelo Supremo Tribunal de Justiça ao declarar inconstitucional o imposto de guerra.

17 Com o objectivo de reduzir o impacto do conflito na economia do povo, devem eliminar-se os impostos indirectos que afectam o consumo popular, estabelecidos nos dois últimos anos a pretexto de razões de guerra; e, pelo mesmo motivo, deve ficar sem efeito o racionamento de energia eléctrica e suspender-se a anunciada subida dos preços deste serviço.

18 Termo das operações de guerra psicológica que inspirem terror, angústia, enganos e desinformação da população.

A necessidade do diálogo

Para que estas negociações, ao concretizar-se, alcancem a maior consistência e profundidade, de forma a permitir progredir no grande esforço nacional para a recuperação da soberania, da FDR-FMLN propõem que as duas partes salvadoreñas incluam nas negociações a discussão das medidas para resolver o problema da presença dos assessores norte-americanos, com vista à sua retirada do país. Isto torna-se necessário, referem, porque os assessores são promotores directos das táticas de bombardeamentos, de despovoamento e de terra arrasada, que significou a perda de milhares de vidas humanas e o maior empobrecimento da população.

Os acordos pontuais alcançados até hoje, fazem notar aqueles movimentos, foram objecto de violações e atrasos por parte do governo e das forças armadas. Por isso fica demonstrada a necessidade de alcançar um acordo que englobe os 18 pontos propostos pela FDR-FMLN e torna indispensável o estabelecimento de critérios e mecanis-

mos para o seu efectivo cumprimento e verificação.

Para esta negociação imediata a FDR e a FMLN propõem:

— A negociação deve realizar-se directamente entre delegados da FDR e FMLN por um lado, e delegados do alto comando das Forças Armadas de El Salvador (FAES) e do governo, do outro lado. Ambas as delegações devem ter plenos poderes para negociar;

— A participação de delegados plenipotenciários do alto comando das FAES é absolutamente indispensável.

A negociação não poderia realizar-se se a ela só assistissem delegados do governo de Duarte;

— Propomos que a negociação se inicie em 15 de Julho. O lugar e os procedimentos a adoptar devem

ser tratados através de monsenhor Arturo Rivera Damas, em reunião a realizar na segunda metade de Junho em Chalatenango ou Morazán, entre o intermediário e os nossos delegados, a que este levaria a resposta e propostas da outra parte.

A proposta destas datas teve em conta a envergadura e importância dos acordos a fazer, o que obrigará a múltiplas consultas. As nossas frentes, FDR e FMLN, estão preparadas e dispostas a chegar a um acordo transcendente nas bases já referidas.

Por uma solução política

Tanto a FDR como a FMLN têm consciência da vantagem e necessi-

dade de conseguir o anterior acordo para humanizar o conflito armado e reduzir outras consequências negativas para a população; não perdem porém de vista que o objectivo central é superar o estado de guerra e alcançar a paz com justiça e dignidade para o povo. Por isso, salientam, para que a humanização do conflito assuma o seu verdadeiro significado, é necessário que os avanços neste campo estejam vinculados com o processo de diálogo e negociação para uma solução política global que assegure a paz justa e duradoura.

Para tal fazem a seguinte proposta:

«Nesta fase dos acontecimentos o diálogo-negociação para uma solução global não pode limitar-se

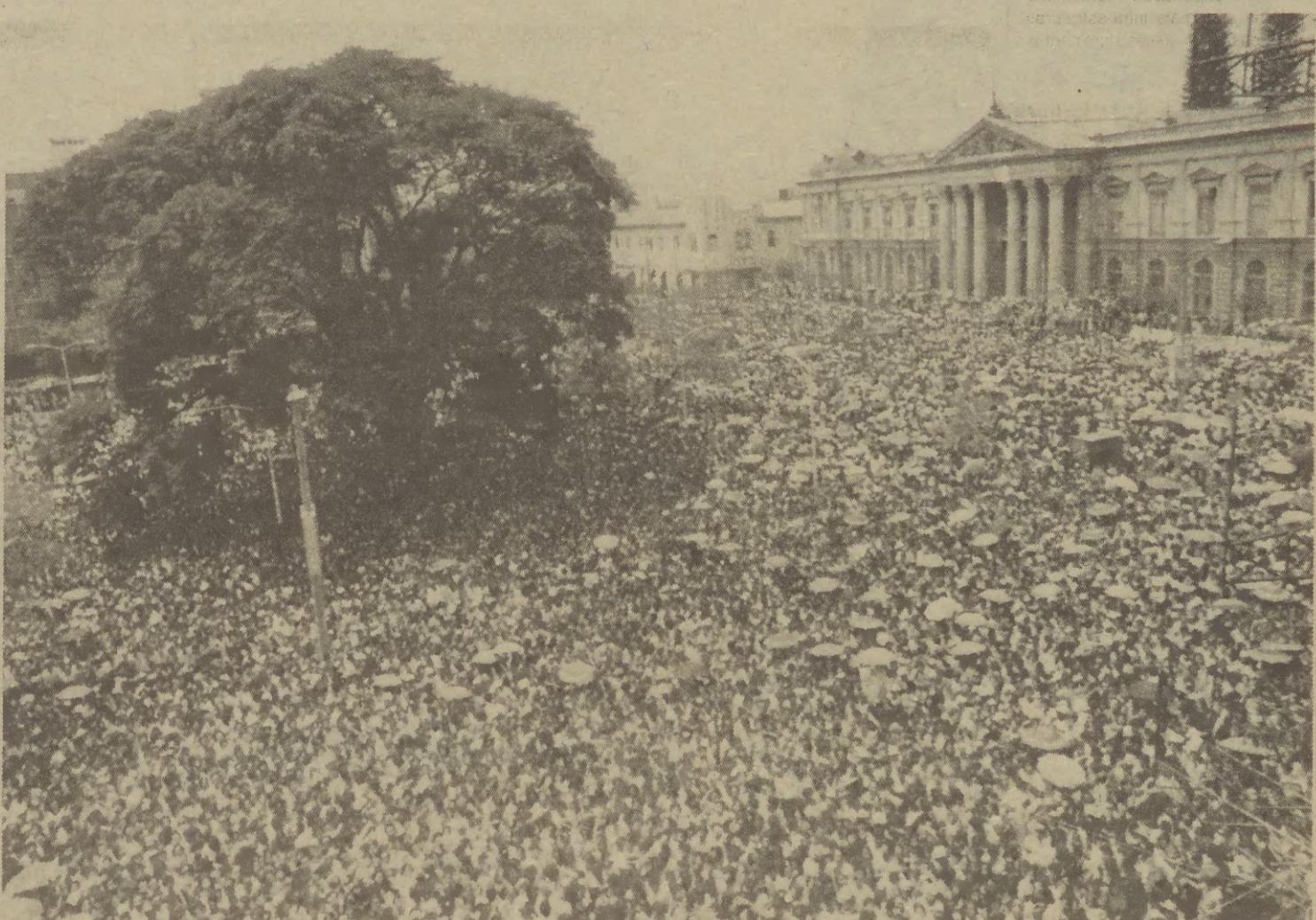
apenas à FDR e FMLN por um lado e o governo e as FAES por outro.

«O aprofundamento da crise nacional mostra o grau de dependência económica e militar do Estado salvadoreño em relação ao governo de Washington, o que exige um esforço de todos os sectores patrióticos na procura e construção de uma solução nacional entre salvadoreños; a participação de todas as forças sociais e políticas do país num amplo e sincero diálogo é indispensável para encontrar e implementar uma saída para a crise, vencendo a resistência do governo dos EUA que, atendendo à sua política regional e global, se obstinam em continuar o desenvolvimento da guerra em El Salvador e recusam uma negociação justa e realista do conflito.

«O diálogo directo entre o governo e as nossas frentes deve apoiar-se no desenvolvimento de um amplo diálogo nacional, tal como foi acordado por ambas as partes na reunião de La Palma, permitindo a todos os sectores pronunciar-se e dar o seu contributo para uma plataforma patriótica de solução nacional.»

No ano passado, como contributo para essa plataforma, as duas Frentes pronunciaram-se dispostas a aceitar a formação de um governo participado e pluralista, o cessar-fogo com a formação de tal governo, o início de um regime económico justo, a restauração da democracia e do respeito pelos direitos humanos, a implementação de uma política externa de paz.

Até à data, o governo de Napoleón Duarte não deu qualquer resposta a tão importantes propostas. E a guerra continua em El Salvador. ■



A multidão que acompanhou o funeral do arcebispo Romero

A cabeça na areia

O cozinhar do novo (?) governo de Cavaco – ou, pelo menos, as conjecturas que desse cozinhar certa imprensa faz – dá uma curiosa ideia de como o PSD – ou certa imprensa vê ou quer fazer ver aos portugueses a realidade política e social portuguesa: por um lado parece querer atirar areia aos olhos dos eleitores, tanto dos que votaram na onda laranja como dos que recusaram essa cor; por outro lado, parecem querer meter a própria cabeça debaixo da areia. Para não verem, eles, a realidade e os problemas que ela traz.

Se a dança dos ministeriais quer dar a imagem de renovação, a mesma dança, deixando o essencial nas mesmas cadeiras, indica que tal dança serve para dar a ideia da autoridade de Cavaco perante os interesses sempre presentes de barões e clientes PSD.

Ainda há dias, entretanto, um matutino afeito às laranjas, «manchetava» que o Ministério do Trabalho ia desaparecer. Substituído por um outro: o de Emprego!

Querera Cavaco dar a ideia de que vai haver tanto emprego que até precisa de um ministério?

Ou querera mostrar a si mesmo que o mundo do trabalho já não existe?

Ilusões fúnebres

Há tantos anos quantos passaram sobre o 25 de

Abril, que o 25 de Abril aparece no obituário da propaganda da direita. E logo no dia seguinte ao das eleições se proclamava, à direita, que... mais uma vez... o 25 de Abril morrerá.

Assim foi também quando a «AD» ganhou pela primeira vez as eleições; e pela segunda. Como não há dois sem três, lá vem Cavaco, entrevistado pelos espanhóis, dizer que as eleições «enceraram a componente revolucionária do 25 de Abril». E lá vem o pasquim «O Dia» traduzir que «Abril da revolução» foi «enterrado em Julho».

Mas Abril, que tantos actos eleitorais certificaram, não desaparece com umas eleições em que, mais uma vez, a direita ganhou. Abril não foi uma data conjuntural. Foi um marco. Que muitas realizações revolucionárias fortaleceram, que muitas conquistas proporcionou. Realizações e conquistas que têm a sua consagração na Constituição da República e, o que é mais ainda, no coração dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

Para enterrar Abril seria preciso rasgar a Constituição. E para isso seria necessário encontrar as companhias dispostas a negar a democracia.

Especulação

Especular é feio. Especulador é mau. Toda a gente sabe e diz, menos, é claro,

os próprios especuladores que, normalmente, se remetem a um púdico silêncio. Até que, à força de especular e de ganhar com isso, a vergonha lhes cai. Então, quando pode especular à vontade – e até o Governo o ajuda nisso – o especulador, embora não saia à rua a gritar a virtude da especulação, mas vá à bolsa fazê-la, manda, por interposto escriba, escrever que a especulação é bom. Que «especular é preciso!». Como se pode ler numa coluna do «Semanário», o local mais indicado, de facto, para especulações desta natureza.

Portanto, para o colunista Barosa, especular «pode mesmo ter um papel economicamente positivo». E o que é afinal de contas especular?

Afinal de contas, é apenas dar lucro ao especulador. Que faz ele? Compra barato e vende caro. Arrecada o lucro. O especulador, coitado, presta um grande serviço: absorve o risco!

Absorver o risco, é portanto um bom serviço prestado à comunidade. Que compra mais caro sem que um verdadeiro serviço lhe tenha sido prestado a não ser o serviço de vender mais caro...

Pontos Cardeais

A grande oportunidade

Enquanto Maldonado Gonalves, em entrevista radiofónica, confessando-se social-democrata, prediz ao Partido Socialista um futuro negro sem qualquer oportunidade (disse ele que o PS não mais voltará ao poder), um comentarista do «Semanário» tenta descansar o partido de Constância, dando-lhe a entender que não basta andar por aí a «liderar a esquerda», mas que tem possibilidades de... participar do poder.

E como? Muito simples. Basta participar na desnacionalização. «O PS não tem interesse em travar a desnacionalização», diz o comentarista Santos. «É a única via», acrescenta, «que lhe resta para desconcentrar o poder de um Governo que dispõe do apoio maioritário dos eleitores».

E mais adiante: «Se o Governo tem uma maioria confortável durante os próximos quatro anos, o único modo de os socialistas reduzirem a área de intervenção do executivo na vida económica é desnacionalizando».

Ou será o «único modo» de o PS desaparecer para sempre da cena política?

«Entra», diz a aranha à mosca...

Gazetilha

por Ignotus Sum

A coqueluche do haxixe

Quer se ache ou não se ache que a porta feche ou não feche suba ou não suba o beliche da vida que não encaixe sempre mexe, sempre mexe a mãozinha do haxixe...

Vai de avião ou de coche com ursinho de peluche guardando o segredo fixe e há sempre quem empoche pois o dólar dá na muche do negócio do haxixe...

... e há sempre quem estrebuche quando o dólar come a sanduiche...



Análise do analista

O analista à lista se despista com razões sempre à vista o analista sempre na crista!

O analista realista é anticomunista é barriguista o analista que só um palmo avista.

O analista sempre se despista é realista gordo e comodista o analista come alpista.

É assim, à lista, o analista.

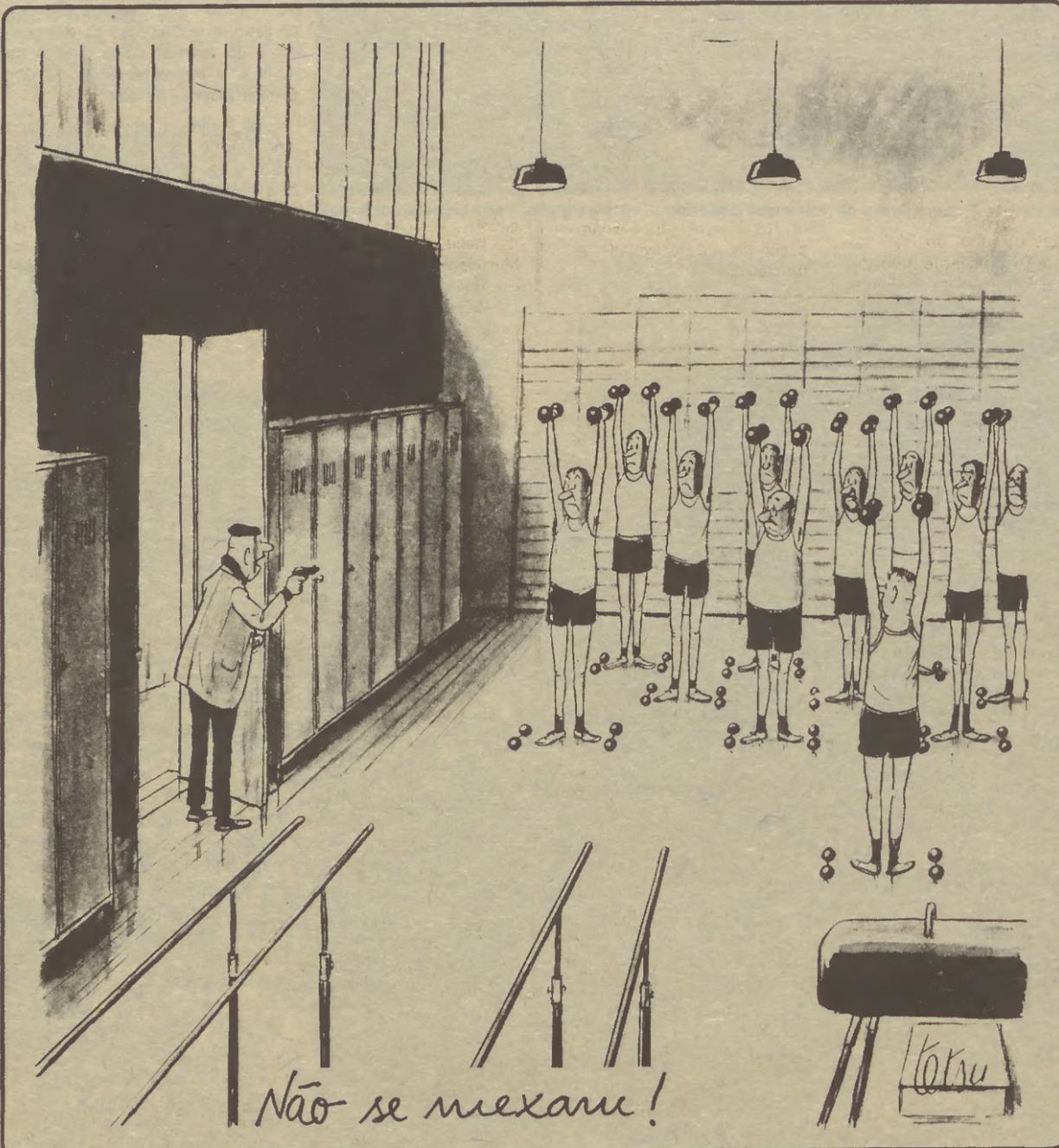


Veremos!

O Cavaco jurou e não esquece: quer destruir a Constituição. Calminho, pede ao PS a preciosa colaboração.

Ó dura sorte, dolorosa espinha!, o Cavaco, afinal, não é tão forte que não precise de uma ajudazinha...

É com ele. Deixá-lo. Nós veremos agora quem vai ajudá-lo.



Agenda

Quante!

Ano 57 - Série VII

N.º 711

13 de Agosto de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido separadamente

Editorial **Leia nas férias** Caminho...

Como ainda vamos a meio das férias e temos muito para lhe sugerir como leitura neste tempo, prosseguiremos com as nossas sugestões para o seu descanso e necessária concentração, de perneio.



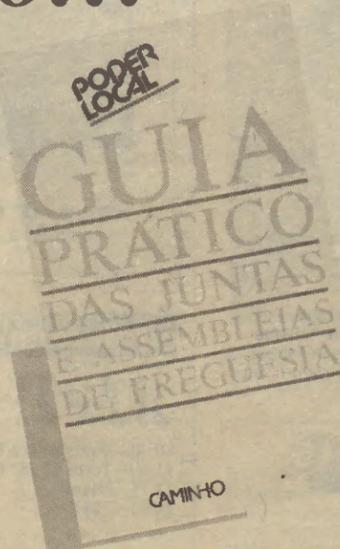
Apresentamos-lhe uma nova colecção da Editorial Caminho. Trata-se da **Caminho da Música**. O mesmo é dizer que a Caminho está no caminho da música. O primeiro número desta colecção é «Música e Variações-História da Música Ocidental-1», da autoria do maestro António Vitorino D'Almeida.

Neste e no volume que se segue, o maestro leva o leitor a encontrar uma súpula das suas reflexões sobre a grande aventura da música que lhe foi dado contactar.



E porque também terá que pensar nos seus filhos, temos para lhe fazer uma boa sugestão: «Uma Aventura nas Férias da Páscoa», de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, com ilustrações de Arlindo Fagundes. Para lhe abrir o apetite e também para que isso possa contribuir com o apetite que deverá ser aberto aos seus filhos, começamos e acabamos, dizendo-lhe a respeito deste livro, que ele começa assim:

— Achas que vai nevar?
— Não sei. Mas eu adorava!
— E eu também. Nunca vi neve senão em filmes e postais.»



Também porque nas férias não é apenas a distração que lhe permitirá retomar as forças necessárias para o dia-a-dia de trabalho que se avizinha, temos mais uma sugestão. Trata-se da obra «Guia Prático das Juntas e Assembleias de Freguesia», da autoria do colectivo da revista **Poder Local**. Lembre-se que as freguesias portuguesas são o nível de administração pública que está mais perto dos cidadãos e onde estes procuram muitas vezes uma primeira resposta para os seus problemas.



E, para terminar as nossas sugestões desta feita, trazemos-lhe um policial. É «O Caso Galton», da **Caminho de Bolso**, onde figura com o número 52. Da autoria de Ross Macdonald, que foi revelado ao público português nesta colecção. Tornou-se merecidamente um dos escritores policiais predilectos dos leitores. «O Caso Galton» é um romance denso, movimentado e intrigante, certamente um dos melhores do seu autor.



KRUTIKOW, Nikolai — URSS. in «Szpilki», revista polaca, 1985

TV **O Programa**

Quinta **18**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho», 157.º epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV - «O Novo Pacífico»
- 14.50 - Desenhos Animados
- 15.00 - Primavera em Viena
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.35 - Série - «A Família Bellamy»
- 19.30 - A Prática das Coleções, 4.º progr.
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.45 - António Sala no Coliseu
- 21.40 - Série - «Alf - Uma Coisa do Outro Mundo»
- 22.05 - Face a Face
- 22.35 - Série - «Terna é a Noite», adapt. do livro de Scott Fitzgerald
- 23.30 - Notícias
- 23.35 - Volta a Portugal em Bicicleta.

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes», 62.º epis.
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Série - «O Tempo e o Vento», 19.º epis.
- 22.15 - Série - «Soldados»

Sexta **19**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV - «O Novo Pacífico»
- 14.50 - Desenhos Animados
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.35 - Série - «A Família Bellamy»
- 19.30 - Memória Audio-Visual, 4.º progr. - Eduardo Gageiro
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.40 - Mobil nos Caminhos de Portugal
- 30.55 - Gala do novo Centro de Viena de Áustria
- 22.30 - Street Performers - Os artistas de rua de N.Y.
- 23.05 - Notícias
- 23.15 - Volta a Portugal



23.30 - Pela Noite Dentro - «Dupla Traição», real. Robert Siodmak, interpr. Burt Lancaster (EUA/1948, 87 min.).

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.35 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Clube de Jornalistas
- 22.05 - Série - «Os Desastres da Guerra - Goya», 1.º epis.
- 23.00 - Troféu.

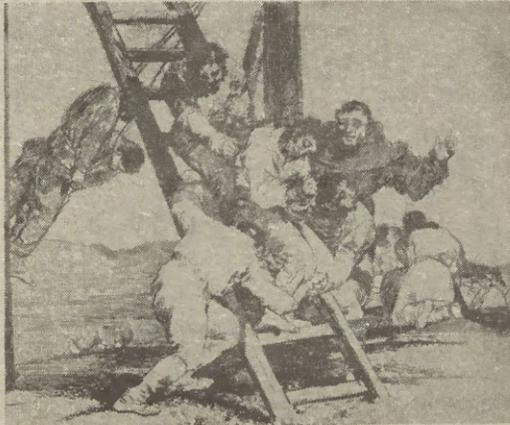
Sábado **15**

RTP1

- 10.00 - Missa da Assunção (transmissão directa, via Eurovisão)
- 11.00 - Série - «He Man»
- 11.20 - Série - «David, o Gnomo»
- 11.45 - Série - «O Anel Mágico»
- 12.05 - O Tempo e o Vento, 19.º epis.
- 12.45 - Desenhos Animados
- 13.00 - Jornal de Sábado
- 13.10 - Série - «Lucky Luke»
- 13.35 - Série - «Akagera»
- 14.05 - Videopolis
- 14.50 - Série - «Vida Nova para Comboio Velho»
- 15.15 - O Recreio dos Lisboaes
- 17.20 - Série - «Cindy»
- 18.20 - Série - «Os Filhos da Pantera Cor-de-Rosa»
- 18.45 - Quem te Viu e Quem TV - Simone de Oliveira
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.00 - Boletim Meteorológico
- 21.05 - 7 Folhas
- 21.35 - E o Resto São Cantigas
- 22.55 - Volta a Portugal em Bicicleta
- 23.10 - Série - «Hill Street»
- 00.05 - Cinema da Meia-Noite - «Diabolik», real. Mário (Itália-França/1967, 105 min.).

RTP2

- 10.00 - Compacto Countdown
- 13.00 - Compacto Cambalacho
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Série - «Quem Sai aos Seus»
- 20.25 - O Louvre, 1.º progr. (reposição)
- 21.20 - RTP/Ano 30.



Goya e «Os Desastres da Guerra» - sexta-feira, RTP-2

Domingo **16**

RTP1

- 10.00 - Juventude e Família
- 11.00 - Terra de St.ª Maria
- 11.15 - Missa
- 12.05 - 70x7

- 12.30 - TV Rural
- 13.00 - Jornal de Domingo
- 13.35 - Série - «Os Roberts»
- 14.05 - Série - «Os Musicais do Sudoeste»
- 14.30 - Série - «Lovejoy»
- 15.20 - A Rota da Seda, 4.º progr.
- 16.10 - Que Profissão?
- 16.40 - Primeira Matinée - «O Prisioneiro do Rock'n Roll», real. Richard



Elvis Presley em dois programas no domingo na RTP-1

- Thorpe, interpr. Elvis Presley
- 18.20 - Desenhos Animados
- 18.55 - Série - «O Justiceiro»
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Elvis Presley
- 21.35 - Série - «Dallas»
- 22.35 - Domingo Desportivo.

RTP2

- 10.00 - Troféu
- 12.30 - Caminhos
- 12.55 - Novos Horizontes
- 13.15 - Automobilismo - Grande Prémio da Áustria (Fórmula 1)
- 16.00 - Entre Barreiras
- 16.30 - Série - «Bullman»
- 17.30 - Troféu
- 19.00 - Palavras Ditas
- 19.25 - Music Box
- 20.30 - Arte e Letras - «Akira Kurosawa»
- 21.35 - Cine-Clube - «O Céu Pode Esperar», real. Ernst Lubitsch (EUA/1943, 112 min.)
- 00.25 - Top Vídeo.

Segunda **17**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV - «O Novo Pacífico»
- 14.50 - Desenhos Animados
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.35 - Série - «A Família Bellamy», últ. epis.
- 19.30 - Os Baús da Cinemateca
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.55 - Série - «A Jóia da Coroa» (reposição), 1.º Epis.
- 22.35 - Série - «De Casa de Seus Pais Desapareceu», 1.º Epis.
- 23.05 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Countdown
- 19.00 - Simon Show
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Ópera - «Orpheo»

Terça **18**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV - «O Novo Pacífico»
- 14.50 - Desenhos Animados
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.35 - Série - «Espaço» (reposição), 1.º Epis.
- 19.30 - Tránsito
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.55 - Série - «A Jóia da Coroa»
- 21.50 - Primeira Página
- 22.50 - Série - «Brigada Especial»
- 23.45 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Natação - Campeonatos da Europa
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.35 - Cinemadols - «A Mulher do Filósofo», «Junqueira», «Confidências»: adaptações de contos de Arthur Schtizer, real. Cristina Hauser (Portugal - 1982/83/87).

Quarta **19**

RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Cambalacho»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Desenhos Animados
- 13.50 - Foi Êxito na TV - «O Novo Pacífico»
- 14.50 - Desenhos Animados
- 15.00 - Seja Bem Vídeo
- 17.00 - Ponto por Ponto
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.35 - Série - «Espaço»
- 19.20 - Ciência, Invento do Futuro
- 19.45 - Desenhos Animados
- 20.00 - Telejornal
- 20.35 - Boletim Meteorológico
- 20.50 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.05 - Série - «A Jóia da Coroa»
- 23.20 - Notícias.

RTP2

- 17.15 - Telenovela - «Os Imigrantes»
- 18.00 - Natação - Campeonato da Europa
- 20.00 - Série - «Hitchcock Apresenta»
- 20.30 - Série - «Uma Família às Direitas»
- 21.35 - Série - «Coração a Quanto Obrigas»
- 22.05 - Telenovela - «Clube de Imprensa»
- 22.35 - Música na América

Teatro **O Cartaz**

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 21.30, dom. às 17.00. O Conde de Novion, de Almeida Garrett, enc. de Paulo Lages, pelo Grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a sáb. às 20.30 e 22.45, sáb. também às 16.00, dom. às 16.00 e 21.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solnado e Fialho Gouveia, enc. de César Oliveira.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. A Segunda Vida de Francisco de Assis, de

José Saramago, enc. de Norberto Barroca. Pelo Novo Grupo, de 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00 (até 16/8).

Teatro Maria Matos, Av. Miguel Contreiras. De 3.ª a dom. às 20.30 e às 22.45, dom. também às 16.00. Toma Lá Revista, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. de Francisco Nicholson.

Teatro Vasco Santana, Feira Popular, Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Senhoras das Quintas-Feiras, de Lohé Belon, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Criada para Todo o Serviço, enc. Armando Cortez.

• CALDAS DA RAINHA

Casa da Cultura. De 3.ª a dom. às 21.45. Os Rústicos, de Goldoni, enc. de José Peixoto, pelo Teatro da Rainha.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de

Figueiredo. De 5.ª a sáb., 21.30, sáb. e dom. às 17.00. O Tartufo, de Molière pelo Teatro Experimental de Cascais, enc. Rogério de Carvalho (até meados de Agosto).

Para Crianças

• LISBOA

TIL - Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1 (ao Calvário). Sáb. às 16.00. O Choupo Andarilho, de Ferreira Caetano, enc. Kim Cachopo. Dom. às 16.00. «O Avestruz Mecânico», histórias de José Lemos.



Molière et Louis XIV, d'après Vetter.

«O Tartufo» de Molière no Estoril: até sábado

Cinema

A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Barry Lyndon	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B Comboio em Fuga	—	★★★	★★★	★★★	—
C Curto Circuito	—	★★	★★	—	★★
D O Navio	—	★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★
E Piratas	—	—	★★★	★★	★★
F Taxi Driver	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★★

A — Real. Stanley Kubrick — Estúdio 444 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 B — Real. Andrei Konchalovsky — Alfa Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 C — Real. John Badham — S. Jorge/2 (15.30, 18.30, 21.30), Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Federico Fellini — Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 00.15) — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 E — Real. Roman Polanski — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 F — Real. Martin Scorsese — City Cine (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de *****

Exposições

• LISBOA

Amadeu de Souza Cardoso — Pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.30 (até 25/10).

«A Arte da Embalagem Tradicional Japonesa». Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10.00 às 17.00; 4.ª e sáb. das 14.00 às 19.00 (até 6/9).

Colectiva — «Seis rostos e seis gestos diferentes». Gal. S. Bento, R. do Machadoinho, 1.

Colectiva — Pintura de Ângelo de Sousa, Álvaro Lapa, Jorge Martins, António Sena, Ana Marchand, Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 11. De 3.ª a sáb. das 15.00 às 19.00.

Colectiva — pintura (Boavida Amaro, Ilda Reis, Paulo Ossião, Ruth Tavela de Sousa). Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª. Das 10.00 às 20.00 (até 28/8).

Colectiva — Pintura e fotografia. Galeria Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1B.

Colectiva — Pintura. Galeria Bertand, Chiodo (até 31/8).

Colectiva — Pintura e escultura. Escada Centro de Arte, R. da Bela-Vista à Graça, 81. De 2.ª a 6.ª das 14.00 às 20.00, sáb. das 10.00 às 14.00 (até 13/8).

Colectiva — Pintura e escultura de Ana Vidigal, Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal, Manuel Rosa, Xana, etc. Gal. Módulo, Av. António Aug. de Aguiar, 56, 5.º D. De 2.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 (até 14/8).

Colectiva — Pintura de Belmira Nunes, Fátima Afonso, Manuela Rosa, Maria Peres da Silva, Marilene Alão, Teresa Caria, Tomás Maia. Galeria da Voz do Operário, R.V. do Operário, 13. Das 14.00 às 19.00, sáb. das 15.00 às 19.00 (até 14/8).

Colectiva — «Terras», cerâmica portuguesa contemporânea. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A (até 29/8).

Colectiva da António Arroio — Trabalhos de alunos de várias áreas no último ano lectivo. Escola António Arroio, de 2.ª a 6.ª, das 9.00 às 20.00 (até 9/10).

Colectiva de pintura — Gal. R75, R. Castilho, 75. Das 21.00 às 24.00 (até 30/8).

Eduardo Nery — Tapeçaria (retrospectiva), Museu Nac. do Traje, Parque do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Ernesto de Sousa — «Um olhar sobre a escultura», textos e fotografia. Museu Nac. da Arte Antiga, R. Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00.

A Fundação Gul-



Gravura em madeira na Europa no Forum Picoas

benkian Vista pelas Criações — Trabalhos premiados num concurso promovido junto das escolas oficiais do Ensino Básico entre crianças dos 5 aos 12 anos. Centro Artístico Infantil da Gulbenkian. Todos os dias, excepto 6.ª, das 15.00 às 17.00 (até 25/9).

Gailli Bibiena — Desenhos de arquitectura e cenografia. Museu Nac. de Arte Antiga, R. das Janelas Verdes. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 (até fim de Outubro).

Gil Teixeira Lopes — «Gitelo — um retorno». Refeitório do Mosteiro dos Jerónimos. De 3.ª a dom. das 10.00 às 18.30 (até 30/9).

A Gravura em Madeira ao Longo de 6 Sécs. (com a colaboração do Goethe Institut, do Museu de Arte Antiga e da «Gravura»). Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 24.00, sáb. e dom. só a partir das 12.00 (até 31/8).

Hernâni Cidade — Biblio-icongráfica, no centenário do seu nascimento. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 17.00 (até 30/9).

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Luís Marques — Fotografia. Assoc. Portuguesa de Arte Fotográfica, R. das Chagas, 17, 2.ª. De 3.ª a 6.ª das 19.00 às 23.00 (até 31/8).

Mantas de Monsaraz — Tapeçaria. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, ao Lumiar (até 30/9).

Marionetas — De Portugal, França, Itá-

• OUTRAS LOCALIDADES

Artistas Portugueses Contemporâneos — Gal. Municipal de Oeiras, Palácio Anjos. De 2.ª a 6.ª das 16.00 às 20.00 (até 15/9) — ALGÉS.

João Cutileiro — «Amantes», escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 21/8) — ALMANSIL.

Coreia — Artesanato e Livros. Da República Popular da Coreia, no ex-Cine Plaza — AMADORA.

Claude Mengo — Tapeçaria. Das 14.00 às 19.00 e das 21.00 às 23.00 (até 16/8). Galeria Municipal — AVEIRO.

Augusto Cabrita e Vítor Figueiredo — «Mosteiro da Batalha», fotografia. Das 9.00 às 12.30 e das 14.00 às 19.00 (até 15/10). Museu do Mosteiro — BATALHA.

Bienal de Escultura e Desenho. Pavilhões do Parque (até 20/9) — CALDAS DA RAINHA.

Colectiva de pintura e escultura — de David de Almeida, Luís Cruz, Joaquim Bravo, Jorge Martins, Rui Matos. Convento dos Capuchos. De 4.ª a dom. das 16.00 às 19.30 (até 30/8) — CAPARICA.

Colectiva — 3.ª Exposição dos Sócios da «Viragem». Associação de Artes Plásticas de Cascais. Espaço TEC, Av. Marechal Carmona, até 15/8 — CASCAIS.

Rui Matos — Escultura. Até 29/8, Palácio da Cidadela — CASCAIS.

Aníbal Sequeira — Fotografia. No Salão da Junta de Freguesia (até 15/8) — CHAMUSCA.

Colectiva — Escultura. Museu Nac. Machado de Castro, Lg. Dr. José Rodrigues. De 3.ª a dom. das 10.00 às 17.00 — COIMBRA.

«Fabrico da Cerâmica» — Museu Nacional da Ciência e Técnica, Rua da Ilha (à Sé Velha) — COIMBRA.

VII Salão Nacional de Pintura Naive — Galeria de Arte do Casino. Das 15.00 às 24.00 (até 10/8) — ESTORIL.

Colectiva — Pintura, desenho, serigrafia, cerâmica, escultura. Galeria Capitel (até 26/9) — LEIRIA.

João de Sousa Araújo — Pintura sacra. Até 30/9, Palácio Nacional — MAFRA.

Colectiva — Bio-87, Bienal Inter. de Cerâmica. Solar da Pç. de St.ª Maria. Das 10.00 às 20.00 (até 30/8) — ÓBIDOS.

William Beckford e... Portugal — Biblio-gráfica e icongráfica sobre Portugal séc. XVIII. Palácio de Queluz. De 4.ª a 2.ª das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 17.00. Entrada: 200\$00 — QUELUZ.

Colectiva — (pintores franceses da Provença). Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 22.00 (até 4/9) — SETUBAL.

Aníbal Sequeira — Pintura. Galeria de Exposições Temporárias do Museu Regional (até 20/8) — SINTRA.

Colectiva — «Os Fios e os Frutos». Casa-Museu Álvaro de Campos. Calçada D. Ana, 12. De 3.ª a sáb. das 16.00 às 20.00 — TAVIRA.

Mirela Marini (Itália) — Desenho. Av. Mateus Teixeira de Azevedo (até 23/8) — TAVIRA.

Nicolau Tudela — Pintura e desenho. Galeria Forum. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00 (Até 23/8) — VISEU.

...e ainda

Música, debates, etc.



António Pinho Vargas



Carlos Zingaro

Música

Para o lisboeta condenado a trabalhar em Agosto, ou a fazer férias agora... mas em casa, a proposta mais festiva aponta sem dú-

vida para o Jazz em Agosto que a Gulbenkian organizou para este mês, com concertos no Anfiteatro de Ar Livre. Os preços não são evidentemente «os dos saldos» (dos

tempos de antigamente...), variando entre os 400\$00 e os 600\$00. Mas por que não almoçar mais umas quantas vezes sandes e uma «imperial» — e quebrar então a rotina indo uma noite à música, entre árvores e tendo por tecto o céu estrelado?!

Esta semana são apenas dois os concertos programados:

Hoje, às 21.30, o Trio Shis — Paulo Curado, José Peixoto e José Martins — com Carlos Zingaro, que tocará desta vez viola;

Na quarta-feira, dia 19, a primeira das duas apresentações de uma formação de músicos de prestígio: Jan Garbarek com Eberhard Weber, David Torn e Nana Vasconcelos.

Jazz há também no Hot Club de Portugal: até 16, o Quinteto de Ana Nagy; nos dias seguintes um outro quinteto, o de Ellen Demos e Mike McMullen, também com David Gauden, Eddie Goltz e Connor Gullfoyle — respectivamente voz, sax, contrabaixo, guitarra e bateria.

Ainda hoje, no Centro Comercial Amoreiras, às 18.30, tocam António Pinho Vargas e Zé Nogueira, Pedro Barreiros, Mário Barreiros.

Não é previsível que seja grande a confu-

são, e estão desde já asseguradas duas grandes vantagens: não se paga — e (principal!) eles tocam muito bem!

Parente bem próximo do jazz é Rui Veloso, que anda esta semana a trabalhar pelo Algarve. Se vive ou está agora por lá, esteja atento.

Mas há também a «outra» música.

Do Festival dos Capuchos assinale-se o concerto a realizar-se no sábado, às 21.30, na Igreja de Santiago, Castelo de Palmela. Chama-se «Musical Banquet — Árias, lamentações e variações

instrumentais» dos séculos XVI e XVII, e incluem Montserrat Figueras, voz, e Jordi Savall, viola de gamba.

E (à atenção dos muitos que participam do movimento que parece desenhar-se de regresso às férias no campo e no interior) uma indicação para a Régua: tem agora ali lugar um Festival de Música Barroca. Como é habitual nesta época, ao domingo, entre as 16 e as 17 horas, Concerto de carrilhão no Palácio Nac. de Mafra, por Francisco Alves Gato.

Feira do Melão



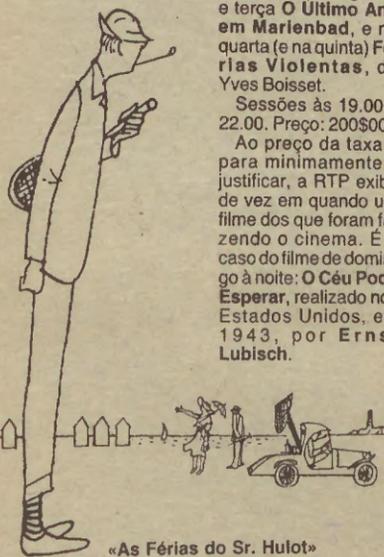
É em Vila Franca de Xira, no Jardim Municipal, já no próximo domingo.

Após longos e penosos meses de trabalho, os meloeiros da lezíria trazem os seus produ-

tos à cidade — para a venda, as provas, o concurso.

É uma forma (em 7.ª edição) de promoção económica dos que enterraram anos de vida e todas as economias em alguns meses de trabalho; de fazer reserva em casa de melão escolhido. Mas é também um acto cultural e não apenas pela animação que em seu redor a Câmara organiza: se alimentação e gastronomia são cultura, o melão merece o nosso respeito... Além do seu alto valor nutritivo, dizem os peritos que ajuda a eliminar as toxinas.

Por fim: quando é bom — é mesmo bom!



«As Férias do Sr. Hulot»

Tempo Fim de Semana



Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco ou moderado de Norte, neblina matinal. Pequena subida de temperatura no sábado.

(Antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Amadeo — cerca de 20 obras na Gulbenkian

a TV

Quem são, afinal, os culpados

Crocker foi à África. Foi direitinho a Angola. Não se sabe ao certo que esperanças levava consigo. Parece que ia pronto para as mais risonhas perspectivas, não da paz na África Austral, mas para a defesa dos interesses americanos — e não só — mas veio de lá desiludido, lançando as culpas do fracasso das negociações sobre o governo angolano.

O telejornal apresentou-o como «especialista americano em questões africanas». Logo depois, numa das mais raras posições de informação correcta assumidas por aquele órgão, telejornal foi ouvir o embaixador de Angola, Mawete João Baptista.

Crocker — começou ele — **é especialista americano em questões africanas. Eu sou embaixador de Angola, portanto muito mais especialista do que ele...**

Ficou bem clara a responsabilidade dos Estados Unidos no fracasso das conversações. Fracasso que se adivinhava quando aquele país começou, oficialmente, a ajudar militarmente a Unita...

O que eles querem é desconversar...

Inegavelmente, a finalidade do governo de Reagan não é negociar, conversar, proporcionar um diálogo proveitoso para a paz.

O que os Estados Unidos querem é impor, subjugar, «quebrar a espinha» aos mais fracos. E quando isso não resulta, dizem que a culpa é dos outros; que os outros não apresentam propostas, etc., etc...

A velha história do lobo em que a culpa é sempre da ovelha...

Nesse aspecto, há pormenores significativos. Por exemplo: informou o fitejornal que Angola apresentará propostas concretas com o fim de garantir a estabilidade à África Austral.

Comentário do correspondente da RTP em Washington: «É provável que tais propostas sejam recebidas com ceticismo qualquer que seja o seu conteúdo».

Tudo está bem à mostra, neste jogo. Os Estados Unidos não querem dialogar: querem pura e simplesmente, impor a sua vontade — que é também a vontade da África do Sul...

O negócio do crime

Um **telemundo** foi dedicado ao tráfico das armas. Televisualmente atractivo, aqui e ali num ambiente de ficção policial, com as suas filmagens e gravações secretas, executadas pelo FBI, a PIDE lá do sítio. Nunca se chegou a perceber quem traía quem — e se noutro lugar foi dito que esse tráfico só era possível com a cumplicidade das autoridades, seria interessante saber-se o que andava o FBI a fazer por ali...

De uma daquelas redes faziam parte indivíduos portugueses. É certo que a reportagem não foi muito além do que já a imprensa investigara (**Expresso** e o **diário** principalmente) mas, se nos lembrarmos da reduzida penetração dos jornais na população portuguesa (em especial na província) poderá avaliar-se a importância de uma tal reportagem. Ver é outra coisa...

Tratou-se, necessariamente, de uma primeira abordagem. Ah, quanto ficou ainda por dizer — quanto a nomes, casos, cumplicidade de autoridades e organismos...

Porque aquela rede era de via reduzida. Um quase nada, uma gota de água no mar da traficância bélica. **Telemundo** terá muito que contar se quiser, por exemplo, investigar a transferência da tecnologia nuclear para Israel e para a África do Sul... E quando for procurar saber da venda de armas aos bandidos afegãos, com pagamento em heroína... E quando se interrogar sobre as vendas de material de guerra e de repressão a Pinochet... E quando pesquisar o desaparecimento de grandes porções de urânio, nos Estados Unidos...

Curiosamente, os Estados Unidos são a grande placa giratória que movimentam todo este repugnante negócio. As bases dos grandes traficantes situam-se obrigatoriamente naquele país, através de «empresas privadas» que não passam de um mero expediente para encobrir as acções oficiais.

O negócio das armas só encontra paralelo no negócio da droga. O haxixe pode partir do Norte de África, a cocaína da Bolívia e das Honduras, a heroína do «triângulo do ouro» asiático («ouro para os traficantes, claro», como sublinhou o jornalista Ribeiro Cardoso num programa sobre a droga...) mas invariavelmente as chaves das operações encontram-se em Chicago, Miami, Washington. Aliás, isso também ficou bem expresso na reportagem de **telemundo**.

Como disse esta foi uma primeira abordagem do melindroso assunto. Veremos se **telemundo** tem a coragem de ir mais fundo...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Timor e Macau

A presença do Bispo de Setúbal na reunião da Comissão de Descolonização da ONU voltou a trazer nos últimos dias para os jornais a questão de Timor-Leste, a ex-colónia portuguesa hoje dominada ilegalmente pela Indonésia e submetida ao terror e à fome.

A Macau, onde se iniciam os últimos doze anos de administração portuguesa chegou o novo Governador: estabilidade política e desenvolvimento económico são as tónicas do seu primeiro discurso.

Timor: terror e fome

• «Novos casos de violação de direitos humanos pelas forças indonésias em Timor-Leste e o prosseguimento dos combates entre estas e a guerrilha, durante o primeiro semestre deste ano, foram revelados pela resistência no território, em comunicado ontem divulgado na Austrália.

Casos de detenções, interrogatórios, torturas e assassinios, alguns com recurso a práticas bárbaras, e notícias de baixas indonésias em combate são referidos num documento que pretende fazer o balanço da situação político-militar em Timor-Leste nos primeiros seis meses do ano.

(...)

O documento da resistência timorense refere que, em 2 de Abril de 1986, Júlio Sarmiento, natural de Mauxigá-Hatubulico, Ainaro, foi capturado num assalto à povoação de Holarua, Same. Seria levado para Ainaro, onde recebeu tratamento e ficou detido, tendo depois sido interrogado, espancado e vítima de choques eléctricos.

Sarmiento foi massacrado sete dias depois e assassinado a tiro na varanda do posto policial de Ainaro, sendo decepado. No dia seguinte — adianta o documento — a população foi convocada para presenciar o sucedido e ameaçada de que o mesmo lhe poderia acontecer, caso se negasse a colaborar com as forças indonésias e mantivesse contactos com a resistência.

O documento da resistência afirma ainda que, em resultado da situação de guerra e de uma fraca produção agrícola, «na região Sul e no interior, milhares de pessoas, adultos e crianças, carecem de alimentos, morrendo de fome e doenças».

Cita, a propósito, o jornal indonésio, de língua inglesa, «Jakarta Post», que noticiou encontrarem-se 38 mil jovens timorenses morrendo à fome e existir uma alta taxa de mortalidade infantil no território.

É ainda denunciada no documento a falta de assistência médica e medicamentosa de que sofre a maior parte da população.

(«Diário de Notícias», 10. Agosto)

Bispo de Setúbal denuncia hipocrisia no caso de Timor

• «O Bispo de Setúbal afirmou, ontem, em Nova Iorque que irá denunciar «a hipocrisia nacional e internacional relativamente a Timor-Leste» durante a sua intervenção, na quinta-feira, perante a Comissão de Descolonização das Nações Unidas.

A intervenção de D. Manuel da Silva Martins durante o encontro do comité da ONU encarregue dos territórios não autónomos, incidirá sobre o desrespeito dos direitos humanos em Timor-Leste, desde a ocupação da região pelas forças indonésias em 1975.

Um dos objectivos da sua alocução perante o comité dos 24, segundo D. Manuel da Silva Martins é o de «salientar o respeito que se exige para um povo que tem História, que tem alma e, por isso, deve ser ouvido e tomar parte na escolha do seu destino».

«Pouca gente parece sensível à situação que se vive no território e quando isso se verifica são verdidas lágrimas de crocodilo», disse ontem o prelado de Setúbal.

(«Diário de Notícias», 11. Agosto)

Macau: novo governador define propósitos

• «O novo governador de Macau, Carlos Melancia, considerou ontem a estabilidade política, como uma das condições fundamentais ao desenvolvimento do território, acrescentando não consentir que em nome da nova administração «se patrocinem quaisquer questões políticas metropolitanas ou locais».

O novo responsável português em Macau (que substituiu no cargo Pinto Machado) foi ontem de manhã, logo após a sua chegada ao território, recebido oficialmente no Palácio do Governo por Carlos Monjardino, que assumiu, nos últimos três meses, as funções de governador interino.

No seu discurso, Carlos Melancia referiu-se à transferência da administração do território para as autoridades chinesas, marcada para 1999, salientando que «até essa data, a responsabilidade portuguesa pelos destinos de Macau é inteira».

Isso significa também, segundo Carlos Melancia, que «a articulação dos interesses nacionais e os do território são imperativos para garantir as melhores condições para que a transferência e o período ulterior possam corresponder ao espírito dos acordos e às melhores expectativas das comunidades do território».

Embora parte da concretização deste projecto seja da responsabilidade do grupo de ligação conjunto luso-chinês, previsto no acordo estabelecido em Abril passado, Melancia sublinhou que «será o governador, a quem constitucionalmente compete conduzir a política geral do território, o garante da execução da política de amigável cooperação entre o Estado português e a República Popular da China».

Para o novo governador de Macau «o desenvolvimento do território só é possível no quadro de um duplo condicionalismo: estabilidade política e enriquecimento económico».

Para que a primeira condição seja real «contribuirá desde logo, a circunstância de o governador e os secretários-adjuntos terem deixado em Lisboa quaisquer filiações político-partidárias a que porventura se encontrem vinculados», disse. Igualmente dentro deste contexto, Carlos Melancia defendeu que, no exercício da função executiva, deve o governador assumir «a plenitude dos poderes de administração», banindo inclusivamente «a colegibilidade das decisões, que estaria inerente a um conselho de Governo, que o estatuto orgânico não acolhe e como tal se não perfilha».

(«Diário de Notícias», 10. Agosto)

Dirigentes chineses aplaudem

• «Dirigentes da comunidade chinesa de Macau reagiram ontem ao discurso proferido pelo novo governador, Carlos Melancia, à chegada àquele território chinês sob administração portuguesa, sendo na sua maioria favoráveis ao anúncio da extinção do Conselho de Governo.

O presidente da Associação Comercial de Macau, Ma Man Kei, considerou a extinção do Conselho de Governo, órgão que na anterior Administração incluía todos os membros do Executivo tomava as principais decisões do Governo, «uma boa medida, que se traduzirá numa gestão mais eficiente».

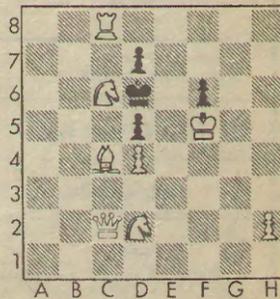
Ma Man Kei manifestou também «a esperança de que a nova Administração possa atrair mais investimento estrangeiro e reforçar os laços comerciais com a Comunidade Económica Europeia».

(«Diário de Notícias», 11. Agosto)

Xadrez

CXIV — 13 de Agosto de 1987

Proposição n.º 114
Por Pierre Boutier
«B.O.E.», 1952
Pr. [4]: Ps. d5, d7, f6-Rd6



Br. [8]: Ps.d4, h2-Cs.g6, d2-Bc4-Tc8-Dc2-Rf5
Mate em 2 lances

Jogo n.º 114
Interzonal de Subotica (Jugoslávia), 1987

Br.: M. Tal; Pr.: Speelman

1. e4, c6; 2. d4, d5; 3. Cd2, d:e4; 4. C:e4, Cd7; 5. Bc4, Cg6; 7. D:e2, Cb6; 8. Bb3, h6; 9. Cf3, a5; 10. a3, B:e7; 11. Bd2, Cbd5; 12. c4, Cc7; 13. Bc2, 0-0; 14. C:e5, D:d4; 15. Bc3, Dd8; 16. Cg3, Cc8; 17. g4, b5; 18. g5, h:g5; 19. C:g5, Ta6; 20. Df3, b4; 21. Dh3, g6; 22. B:g6, b:c3; 23. C:e7, Dd2+; 24. Rf1, T:f7; 25. B:f7+, Rg7; 26. Tg1, D:g5; 27. T:g5+, R:f7; 28. b:c3, e5 e as Pretas abandonam.

Solução do n.º 114

Chave: 1. D:e4!

1. ... d:e4; 2. C:e4++
1. ... d:c4; 2. C:c4++
1. ... d:c6; 2. D:e6++

A. de M.M.

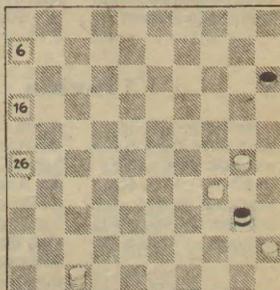
Damas

CXIV — 13 de Agosto de 1987

PROPOSIÇÃO N.º 114

Por Isidore Weiss (França)

Pr.: [2]: 15-(40)

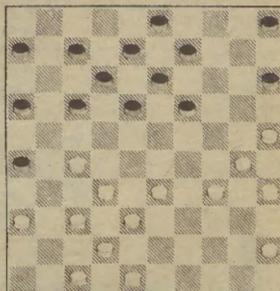


Br.: 4: 30-34-45-(47)
Jogam as brancas e ganham

GOLPE N.º 114

Por Labasthe (Bordéus)
Taça de França, 1979

Pr.: 14: 3-5-6-7-8-9-12-13-15-16-17-18-19-26



Br.: 14: 25-27-30-32-33-34-35-36-37-38-42-45-47-48
Jogam as brancas e fazem Dama

SOLUÇÕES DO N.º CXIV

N.º 114 (I.W.): 47-20 (15x35) 34-30 (35x24) 45x34 +
Golpe n.º 114 (B.): 30-24 (19x28) 32x23 (18x19) 27-21 (16x27) 37-31 (26x37) 42x2 = D

■ A. de M.M.